

# BLUMENAU EM CADERNOS

TAXA PAGA  
AUTORIZAÇÃO Nº. 48  
ECT DR S.C.



**TOMO XVI**

**Novembro de 1975**

**Nº. 11**

## CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver  
graças à generosa contribuição dos  
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau

Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau

Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau

Artex S/A. - Blumenau

Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz - Blumenau

Artur Fouquet - Blumenau

Georg Traeger - Blumenau

Electro Aço Altona S/A. - Blumenau

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau

Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau

Transportadora Vale do Itajaí Ltda. - Blumenau

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kuehnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.

Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque

Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau

Malharia Blumenau S/A. - Blumenau

Gráfica 43 S/A. - Ind. e Com. - Blumenau

Consulado Alemão - Blumenau

# Blumenau

## em Cadernos

TOMO XVI

NOVEMBRO DE 1975

Nº. 11

ASSUNTOS LAGUNENSES — II

### O Primeiro Promotor Público da Laguna

OSWALDO R. CABRAL

Não será possível escrever a história de todos os Promotores Públicos que passaram pela Comarca da Laguna, uma vez que a mudança que se processava no Ministério Público foi muito frequente, contando-se, até, que muitos não chegaram a esquentar o lugar, permanecendo apenas uns poucos meses à frente e no exercício do cargo.

Também não consegui explicar o fato de haver um representante do Ministério Público na Laguna, antes da criação da respectiva Comarca... Todos sabem que esta só foi criada em 1856 — mas desde 1838 já se conhece o nome das pessoas que exerceram o Ministério Público ali, contando-se pelo menos quatro: — Bernardino Antônio Soares, de 1838 a 1842; Francisco José Duarte, de 1842 a 1846; dr. Salústio Pereira da Mota, de 1846 a 1854; e Domingos Custódio de Souza, de 1854 até 1863, tendo sido o primeiro depois da criação da Comarca e o derradeiro anterior a este fato. Mas, este problema não é o que no momento nos interessa e sim a história do primeiro da lista, o advogado Bernardino Antônio Soares, que posteriormente adicionou ao seu nome o cognome de “Simas”, da qual pretendemos fazer um breve relato, narrando um episódio com ele sucedido.

Era Bernardino Antônio Soares, como se disse, Promotor Público na Laguna, desde 1838, o primeiro com que contou o Têrmo, ao que se saiba, quando surgiram, no ano seguinte, os revoltosos gaúchos, do outro lado da barra. Justamente a 12 de junho, para ser mais preciso, apareceram os vanguardeiros da tropa que invadiria e tomaria a vila, num dia um tanto quanto festivo, pois era a vigília do Santo padroeiro dela, sempre ali muito festejado.

Não tinha o Promotor Público qualquer posto na Guarda Nacional, nem lhe pertenciam atribuições militares — mesmo assim, juntou-se aos habitantes que tomaram de armas para enfrentar os *farrapos* e defender a Vila, tendo mesmo entregue aos seus escravos a missão de, durante a noite, permanecerem de vigia, conservando-se a bordo de uma pequena embarcação e a remar de um para outro lado do passo da barra.

Durou esta vigilância até o dia 22 daquele mês, nada menos de dez dias, até quando as tropas legais, comandadas pelo Comandante Vilas-Boas, abandonou a praça, retirando-se para o norte. Bernardino Antônio Soares, temendo ser molestado pelos *farrapos*, o que não era de duvidar, dadas as suas atividades legalistas, não teve outro remédio senão acompanhar a tropa, fugindo, deixando ao abandono seus haveres e seus familiares, tomando o rumo do Desterro. Ao temor dos invasores, juntou o Promotor Público um outro: — o de vir a ser vítima da vindicta dos sentenciados por ele acusados, por dever de ofício, presos que costumavam ser colocados em liberdade pelas tropas revolucionárias — conforme ele mesmo confessou em documento original que nos foi presenteado e que conservamos em nosso poder. Era, não se diga o contrário, muito justo o que pensava — e ninguém nos dias de hoje duvidaria em aceitar como acertada a sua conduta, tratando de por-se ao fresco, antes da queda da Laguna...

Chegado ao Desterro, apresentou-se Bernardino Antônio Soares ao Presidente da Província, o General João Carlos Pardal, que não lhe deu, de imediato, qualquer destino, o que não aconteceu logo que o seu sucessor, o Brigadeiro Soares de Andréia assumiu o governo.

Ninguém ignora, em Santa Catarina, que o Brigadeiro Soares de Andréia era um chefe militar atrabiliário, temido por todos e que, como muitos outros, de vez em quando gostava de afiar a sua espada na Constituição do Império... E foi assim que determinou que embarcasse o Promotor a bordo do barco de guerra *Pirajá*, que era comandado pelo sr. Haydin e que descesse em qualquer ponto da costa no qual lhe fosse possível desembarcar, seguindo imediatamente para a Laguna, "para determinado fim", que outro não seria senão o de espionar e relatar em que pé estavam as coisas pela terra de Brito Peixoto.

Agente secreto improvisado — e quiçá sem a menor vocação — desembarcou o nosso operoso provisionado na costa no morro do Gy — "distante da dita Vila huma légua, isto com muito risco de vida, por ser aquela costa muito brava" e, conforme narra, "marchou logo pelos matos, em desempenho da dita comissão". E foi assim que alcançou o nosso espião a Vila, "para tomar conhecimento do estado da ditta e das forças rebeldes que na mesma existião, para disso dar parte exata pessoalmente. Metia-se, em outros termos, na boca do lobo..."

Infelizmente para ele, ou a falta de prática nas novas funções, ou a uma bem melhor contra-espionagem dos *farrapos*, os seus passos não passaram despercebidos — e ele mesmo narra que "infelizmente foi o suplicante preso" — e, o que é muito pior — "e logo o intitulado General Canavarro, Chefe dos mesmos, fez ao suplicante fazer e assinar hum termo para morrer fuzilado" — coisa a que estão, evidentemente, em todos os

tempos, sujeitos os espíões, mas com a qual, certamente, não contava o honrado Promotor Público...

Confessou o nosso herói — que, não é preciso dizer, escapou do pelotão canabarrino, pois de outra forma não teria tido a oportunidade de narrar a sua aventura... — que fez e assinou o termo, “sem que tivesse outro triste remédio”...

Entretanto, o seu dia não chegara. A execução não se fez imediatamente e, como contou ele na sua narrativa, “teve ordem de que não desse passo para fora da Vila, sendo conduzido preso para a Cavalaria de Lanceiros”, “composta de vários habitantes e moradores”. Isto nos deixa na dúvida a sua condenação à morte, parecendo que Canabarro apenas tivesse exigido que assinasse o compromisso de se manter dentro da vila, sob pena, isto sim, de fuzilamento.

De qualquer forma, era de assustar qualquer Promotor Público, da Laguna ou de outro Termo ou Comarca qualquer, pois de uma hora para outra o humor do caudilho poderia alterar-se... e era uma vez um agente secreto!...

Ficou Soares de Simas vinte e quatro horas “entre os seus inimigos e os criminosos que se tinham evadido da prisão, vendo o momento que o assassinavão, porém, pelas suas moléstias e a Providência Divina, foi restituído ao centro da mesma Vila”.

Nem por isso terminara a sua odisséia. Os *farrapos* obrigaram-no a fazer serviço na sua Guarda Nacional própria, na infantaria, embora afirmasse o apavorado Promotor que nunca entrou em forma, nem jamais “usou distintivos dos rebeldes, sinal este que quase todos os habitantes tiverão”.

Foi, entretanto, esta circunstância que lhe possibilitou o cumprimento da sua missão, da empreitada para a qual o destacara o Brigadeiro Soares de Andréia. Fazendo sempre o especial e maior empenho em ressaltar o risco que corria, com o termo assinado do seu fuzilamento, arranjou, um fuão Antônio Rodrigues Viana, morador da Vila, e escreveu ao Presidente, dando parte do que pudera observar.

E foi — diz ele — à vista desta sua “parte” que as forças leais, que se achavam acampadas no Morro dos Cavalos, marchou ao encontro dos *farrapos*, “tomaram conta do abarracamento dos rebeldes e dali marcharam thê restaurar a ditta Villa sem a menor opposição, entrando por ella dentro apóz e a salvo”...

Em 1841, não tendo documento comprobatório dessa sua extraordinária façanha, “em benefício da Pátria e do Throno de Sua Magestade o Imperial Senhor Dom Pedro Segundo”, requereu Bernardino Antônio Soares ao Marechal Antero José Ferreira de Brito, então na Presidência da Província, autorizasse pessoas da Vila da Laguna atestarem o que ele alegava. Antero, com aquela rispidez que o caracterizou, despachou: — “Podem atestar, querendo”...

E então depuzeram várias pessoas eminentes da Laguna.

O Tenente Coronel Jerônimo Coelho Neto afirmou que o alegado pelo requerente “hé tudo verdade”, tendo sido o atestante “ocular tes-

temunha de alguns fatos apresentados"; da mesma forma o atestou o Tenente-Coronel Comandante do 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, Domingos José da Silva, dizendo-se "de tudo testemunha ocular". E pelo mesmo tom e compasso atestaram o Capitão de Primeiras Linhas, servindo de Major da Praça, Antônio Cardoso Cordeiro; e o Comandante da 4a. Cia. do Batalhão Catarinense, Tenente, Jacinto Cordeiro de Freitas Noronha; e o Major da 2a. Legião da Guarda Nacional Antônio José da Silva; e o Cirurgião-mor da dita 2a. Legião da Vila, Fortunato José da Silva; e mais o Capitão, também da dita Legião, Firmínio Alves dos Santos; e o alferes da 1a. Linha, reformado, João Francisco Duarte. Tudo com firma reconhecida — que o tabelião Vicente José de Góis Rebelo garantiu com o seu sinal.

Nesse mesmo ano de 1842, em que atestaram as testemunhas, Bernardino Antônio Soares foi exonerado da Promotoria, cedendo o seu lugar a Francisco José Duarte, como ele advogado provisionado.

Conta o saudoso cronista Saul Ulysséia que, em 1880, ainda existia o velho advogado e ex-promotor, residindo à rua Voluntário Benevides (então chamada dos Andradas), esquina da Voluntário Carpes. Era ele um velho magro, moreno e ainda exercia a advocacia. "Tinha muita prática de fôro e, apesar de não ser formado, desempenhava o mister a que se dedicava com muita proficiência", sendo respeitado por todos (*Laguna 1880* pág. 30). Nessa época já usava o Simas como apêndice do nome — mas pelo que narra o cronista, não fazia, ao que parece, por lembrar os momentos alarmantes por que passara, quando se meteu a agente do *Intelligence Service* do Marechal Andréia, nos idos de 1839...



## SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE TEM NOVA DIRETORIA

Em Assembléia Geral Ordinária realizada a 6 de setembro p.p., foi eleita e empossada a nova diretoria que no período social 1975-1977 deverá dirigir os destinos dessa Sociedade, ficando assim constituída:

Presidente . . : Ayres Gevaerd  
Vice-presidente : Horst Schlösser  
1º Secretário . : Guilherme Strecker  
2º Secretário . : Jorge P. Krieger  
1º Tesoureiro . : Antonio Cervi  
2º Tesoureiro . : Edmundo Belli

CONSELHO : Dr. Guilherme Renaux, Cyro Gevaerd, Dr. Vitorio Ledra, Cezar Moritz e Armando E. Polli.

Suplentes: Adherbal V. Schefer, Paulo Bianchini, Cônego Raulino Reitz, João dos Santos e Euclides G. de Oliveira.

# Os "França" da Laguna (\*)

Algumas notas genealógicas

Lucas A. Boiteux

"No Brasil, ainda mais do que em Portugal, não ha meio mais incerto e precário de identificação de origem social do que o nome de familia".

*Gilberto Freyre*

Em dias do século XVIII, — segundo tradição de familia — as costas de Portugal eram varridas por tremenda tempestade. Um navio de nacionalidade francesa, lutando desesperadamente contra os escarcêos do mar revolto, foi esbarrondar-se d'encontro tredas penedias. De todos os tripulantes e passageiros, que não eram poucos, do malsinado barco, só escapou ao naufrágio inocente menino, auxiliado por um cão. Acolhido foi, carinhosamente, por uma modesta e caridosa familia de pescadores daquela redondeza. Criança ainda e a falar idioma estranho, nada soube explicar de sua gente, de sua vida, de seu destino. Crismaram-no com o sobrenome de FRANÇA, como evocadora homenagem à sua pátria distante.

Temos, assim, a plausivel explicação desse apelido entre os FRANÇA da Laguna. Acredito não tenha sido o próprio suprestite do do horrivel sinistro, mas algum dos seus próximos descendentes, o primeiro a aportar e se radicar às garridas e hospitaleiras plagas lagunenses.

Dos França da Laguna, o personagem mais remoto de que tenho noticia, foi — FRANCISCO DE SOUZÀ FRANÇA — estabelecido com próspera casa comercial na então vila catarinense, onde alcançou, entre seus coetâneos, grande prestígio e alta consideração. Em 4 de Maio de 1798 teve o posto de Capitão nas Ordenanças da terra. (1)

Casou com D. Isabel Rosa de Jesus Proença, filha de José Francisco (Proença), natural de Cascais, Portugal, e de D. Rosa Bernarda de Jesus, nascida na ilha Terceira, Açores, e moradores na vila de Na. Sa.

---

(1) Foi um dos primeiros Administradores dos Correios da Laguna. Em princípio de 1803, tendo os selvícolas feito uma irrupção no Tubarão, atacando o sítio e roubando o milho do lavrador Salvador Antunes, foi Souza França mandado perseguir os bugres com gente armada, conseguindo alcançá-los em dois aldeamentos em meia altura do rio Capivari. Em 1808 tinha casa comercial.

---

(\*) O presente artigo foi entregue há muitos anos pelo seu autor, o illustre historiador Lucas A. Boiteux, ao Professor Ruben Ulissêa, de Laguna, para que fosse publicado. Entretanto, nunca se ofereceu para tanto uma oportunidade, o que agora acontece, tendo o depositário do legado daquele illustre catarinense solicitado agasalhássemos o artigo em BLUMENAU EM CADERNOS — o que com gosto o fazemos — N. da R.

do Desterro da ilha de Santa Catarina. Faleceu a 25 de Julho de 1813. Sua catacumba ainda se encontra em bom estado em o cemitério situado ao flanco esquerdo da matriz da cidade.

Do seu casamesto, que penso ter sido realizado na Laguna, nasceram :

I — FRANCISCO DA SILVA FRANÇA — Nomeado Alferes da 3ª Companhia de Infantaria auxiliar, criada na Laguna, por ato de 30 de Outubro de 1795. Negociante sob a firma de França & Irmãos. Em 1814 era comandante do Batalhão de Infantaria de Milicias da Laguna. Nomeado Coronel comandante do Batalhão de Caçadores de Milicias (2ª linha) em 11 de Maio de 1821. Nesse ano ele e os irmãos estiveram envolvidos no assassinato do Juiz ordinário Luiz M. Collaço, sendo absolvidos. Foi eleito deputado provincial na primeira legislatura (1835-36). Juiz de paz da Laguna nesse ano. Em 1840 era Coronel-chefe da 2ª Legião da Guarda-nacional na Laguna. Era condecorado. (2) Faleceu na cidade do Desterro (Florianópolis) a 26 de Junho de 1856.

Casou a 29 de Janeiro de 1798 com Da. Francisca Paula da Silva, nascida no Desterro, filha do Alferes João Luiz Poyção e de Da. Marcelina Rodrigues da Silva.

Desta união nasceram. que descobrimos:

A) — *Bernardina Francisca da Silva* que casou a 29 de Outubro de 1825 com o Alferes João Gonçalves da Silva Peixoto, natural do Rio de Janeiro, filho de José Gonçalves da Silva Peixoto e de Da. Maria Febronia de Jesus. Deste casal nasceram:

1. — *José Bernardino da Silva Peixoto*, nascido no Desterro a 26 de Novembro de 1826. Casado no Desterro a 23 de Dezembro de 1854 com Carolina Guilhermina Schmidt, nascida no Desterro a 7 de Novembro de 1835, batizada a 23 de Abril de 1836, filha legítima de Carlos Guilherme Schmidt, natural da Alemanha e de Clemencia Maria da Conceição. Com descendência.

2. — *João Peixoto*, nascido no Desterro a 20 de Abril de 1855, casado com Joana Clemencia da Conceição.

3. — *Adelina Peixoto*, nascida a 30 de Janeiro de 1858.

4. — *Maria Peixoto*, nascida a 30 de Novembro de 1859.

5. — *José Peixoto*, nascido a 11 de Março e falecido a 26 do mesmo mês de 1861.

B) — *Angélica Bernardina França*, faleceu viúva no Desterro, aos 60 anos, em 15 de Janeiro de 1853.

C) — *Ana Bernardina da Silva França*, nascida na Laguna a 10 de Maio de 1809, casou a 15 de Agosto de 1831 com o viúvo José de Souza Lobo, comerciante e armador no Desterro, nascido no Desterro a 28 de Fevereiro de 1793, filho de José de Souza Lobo e de Da. Quitéria Bernarda do Sacramento, faleceu a 14 de Novembro de 1850. Ana Bernardina faleceu a 21 de Setembro de 1865. Filhos do casal:

---

(2) *Cavaleiro da Ordem de Christo a 1º de Dezembro de 1824.*

1. — *Maria Jesuina de Souza Lobo*; 2. — *Pedro José de Souza Lobo*; 3. — *Joaquim de Souza Sobo*; 4. — *Emerenciana Candida de Souza Lobo*; 5. — *Miguel de Souza Lobo*.

D) — *Maria Bernardina da Silva França*, lagunense, falecida no Desterro.

II — **JOÃO DE SOUZA FRANÇA**, lagunense, casou a 15 de Dezembro de 1803 com Da. Ana Prudencia Dorotêa e Silva, filha de Carlos José Gomes da Costa e Silva e de Da. Maria Joaquina Rosa da Conceição. Foi Tenente das milicias da terra. Sua esposa faleceu com 52 anos de idade a 24 de Maio de 1842.

III — **ANTONIO DE SOUZA FRANÇA**, lagunense. Casou a 19 de Novembro de 1817 com sua parente Angelica Bernardina da Silva filha de Carlos José Gomes da Costa e Silva e Maria Joaquina Rosa da Conceição.

IV — **MANUEL JOSÉ DE SOUZA FRANÇA**. Foi seminarista e depois Advogado provisionado, residente no Rio de Janeiro. Foi deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, Ministro da Justiça. Conservou-se solteiro, mas de uma de suas amantes (uma delas era conhecida por "Ana dos gatos", pelos muitos que criava), teve uma filha:

1. — *Maria Isabel da Silva França*, que casou com o seu primo Luiz Carlos de Souza França.

V — **DOMINGOS DE SOUZA FRANÇA**, Tenente das milicias da terra. Segundo meu tio e informante Joaquim de Souza Lobo, era o pior da familia. Passou a residir no Rio de Janeiro. Ali, em Outubro de 1826, publicou um folheto em defesa de acusações feitas ao seu irmão Francisco pelo Capm. reformado João de Bittencourt.

VI — **JOAQUIM DE SOUZA FRANÇA**. Segundo o meu informante era "a bondade em pessoa". Infelizmente, outras notas que possuia sobre ele perdi-as.

VII — **JOSÉ DE SOUZA FRANÇA**. Segundo meu informante tinha "ares e ademanes de fidalgo". Residia no Rio de Janeiro. Tinha a patente de Capitão. Foi o construtor do antigo "Teatro S. Januário", no Rio.

VIII — **VICENTE JOSÉ DA SILVA FRANÇA**. Nasceu na Laguna em 1787. Foi para o Rio Grande onde se afazendou, matrimoniou-se e enviuvou. Partidário dos rebeldes farrapos, foi deportado para o Rio de Janeiro, onde passou a viver. Julgo ter sido ele um dos ascendentes da familia "Castilhos França".



**HOSPITAL SANTA CATARINA** — É uma instituição particular, de propriedade do Sinodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, administrada e orleatada por um Conselho Diretor composto de sete membros, com poderes autônomos e funções não remuneradas.

# Geoecologia Atmosférica

A. SEIXAS NETTO

(Continuação do número anterior)

## Capítulo Dezesesseis: POLUIÇÕES E MEIO-AMBIENTE.

Infelizmente, por mútiplas conjunturas, — com boas ou más intenções, contemporaneamente, não há mais Ciência, no puro e exato sentido do termo e do trabalho científico; há, assim, uma pretenciosa Técnica, sem amplitude, sem finalidade, apoiada em passageiros objetivos nem sempre válidos. A Ciência não prescinde da Filosofia, completa em todas as suas ramas; do contrário, para a Técnica bastam ideologismos restritos. Duvidamos, é certo, duma evolução ampla do Homem e do seu Meio-Ambiente, promovida pela Técnica. Mas, sem querer, ampliar o panorama das dúvidas quanto às realidades hodiernas, cabe dar uma vista sobre as Poluições e o Meio-Ambiente. — A Técnica é uma notabilíssima e apreciável máquina de fazer jargões linguísticos vazios, originando linguajares estranhos que, sempre, são incompreensíveis, passam por códigos de conhecimento, no que se referem a si mesmo, e nada dizem. Assim, a palavra POLUIÇÃO, é um jargão vazio e nada significante, no que se refere à intrusão de meios e materiais diversos no *campo* da Atmosfera. Para sermos lógicos, e usarmos o decantado jargão, há milhões de poluições; ou melhor, a Atmosfera luta desesperadamente contra os poluentes, desde aqueles gerados pelos seus próprios geometeoros, aqueles gerados pelas atividades geológicas, até os introduzidos pelo Homem. Mas o Homem é por demais pretencioso e a pretensão tira-lhe a visão ampla; ele não tem alcance, de modo geral, para ver que as suas poluiçõesinhas nem sequer abalam o conteúdo natural da Atmosfera, a milhões de anos dessas poluiçõesinhas não chegam a uma milionesima parte da poluição total que produz uma explosão vulcânica do Krakatoa, cujas cinzas permanecem em suspensão na alta Atmosfera, em grande densidade, por anos inteiros, e na Baixa Atmosfera, que chamamos PNEUMOSFERA, por dias apenas, porque caem rapidamente levadas pelas chuvas e destruídos, como abrasivos, contra as Montanhas (21). (Nota rodapé)

A Atmosfera, precisamente, não toma, no seu conteúdo total, conhecimento das Poluições impostas pelo Homem e suas Técnicas; quando muito, reaje como se fosse um micro organismo estranho ao seu meio e o liquida por ação meteórica. Então, é preciso mudar o vetor de conceito: Em lugar de Poluição da Atmosfera, deve dizer-se, precisamente, Poluições aos Corpos Vivos; e como o que pode ser poluente dum corpo vivo é meio ativo ambiental para outro; há que distinguir tipo de poluição e de poluído, com a capacidade poluente daquele e resistente deste. Entendemos que o problema não é assustador ou terrível, a menos que haja interesses nisto. Ao nosso ver, o que, evidentemente, não será ver *geral*, as Poluições à Vida do Homem, — porque, em matéria de Poluição, os Ho-

mens não consideram a vida animal, parte do mecanismo da Atmosfera, — são de 4 tipos: A Química Ativa, a Radiativa, a Sólida e a Gazeosa. E o Homem pode ter sua estrutura biológica poluída por Reação (na poluição Química ativa) por penetração (na poluição Radiativa), por ingestão (na Poluição sólida), e por inspiração (na Poluição Gazeosa). Mas, de modo particular, a cada uma, em relação ao Homem, podem ocorrer todas por ingestão e inspiração. (Assim, o Homem que respira dentro duma área de poeira, — que o campo poluente, sendo a poeira poluição, está sendo poluído por inspiração, no processo respiratório, e por ingestão, no processo salivar. Igualmente, o Homem pode ser poluído por penetração, quando numa área de radiatividade livre; ou por Ingestão, se engole uma pílula ou remédio radiativo para combater doenças. Outro caso: Pode ser poluído por Química ativa, na reação de contacto, se toca em materiais químicos reativos; por ingestão, — envenenamento —, se engole o material químico; por inspiração, se respira dentro de gases reativos químicos. Então, vê-se, os quatro valores tem variantes ou sub-múltiplos, mas a linha geral é dos quatro valores). Em realidade, a Baixa Atmosfera não fica com intrusões polutivas por mais de 100 horas, — a não ser em grandes estiagens, — porque os meteoros como a Chuva, o Raio, o Granizo, fazem a limpeza. Até a Radiatividade é lavada. (Aliás, quando se percorre áreas de radiatividade as partículas radiativas são perfeitamente lavadas em chuviros comuns).

O MEIO AMBIENTE, á sua sua vez, não deve ser confundido com Atmosfera. Meio Ambiente, para o Homem, é aquele produzido pelo próprio Homem, em decorrência das suas atividades. (Não existe Meio-Ambiente geral). Assim, há meio ambiente das cidades, — (Ver o caso das Megalópolis) —, o meio ambiente da casa, da fábrica, da sala. Como exemplo: Uma casa aos moldes antigos, com fogão a lenha ou carvão, luz a óleo ou graxas, tem um meio ambiente saturado de fuligens, gases de combustão, — carbono —, tudo em suspensão semi-coloidal. Logo, há milhares de meio-ambientes típicos, e, ainda, o que é necessário há análise: Não foi determinado o Meio Ambiente-padrão ou *standard* para aferir os demais. E seria ótimo que alguém se desse ao trabalho de elaborar isto, já que a Técnica é o monstro das Tabelas. Utilizamos, particularmente, para aferência da Atmosfera ideal, como padrão, ou Atmosfera *standard* natural, o litro de AR colhido dentro duma área florestal a 1.000 metros do nível dos Oceanos, em dia calmo, com insolação zenital a 100 %. A contagem das partículas sólidas, após a lavagem desta amostra em água destilada, dará o coeficiente do *standard* da Pneumosfera ideal média.

O que se faz, até agora, é uma implicação geral contra os agentes contidos nas fumaças de indústrias, em áreas fechadas de cidades, mas esquece-se as incrementações polutivas das reações dos adubos, além da lenta destruição orgânica da superfície saturada, e outras cousas, como resíduos atômicos, tratamentos de água, etc. E por falar em tratamento de água, a água natural dos mananciais não devem sofrer injetamentos químicos de correção. E há inúmeros tipos de água, conforme a base geológica dos mananciais.

Assim, o fantasma das Poluições não é bem um fantasma típico, mas uma simples assombração do escuro que se desfaz com a luz.

A. Seixas Netto  
Fpolis, 1975

## POST-FACIO

O presente ensaio, que sairá, posteriormente, em livro, é dedicado à memória do prof. JOSÉ FERREIRA DA SILVA, que, sempre, manifestou o desejo de vê-lo impresso nos seus CADERNOS DE BLUMENAU, ou, como é titulada a publicação, BLUMENAU EM CADERNOS. Não chegou a vê-lo, contudo, pois seu trágico passamento em 30 de dezembro de 1973, precedeu a publicação da obra. Sirvo-me, também, de dedicá-lo ao ilustre Federico Carlos Allende, que continua e dirige os trabalhos iniciados por José Ferreira da Silva.

*A. Seixas Netto*

21) — Em agosto de 1883, nos dias 26, a 28, o Krakatoa, vulcão na Ilha do mesmo nome, entre Sumatra e Java, no Pacífico Oeste, — em relação a nós —, esteve em erupção. Produziu ondas de marés de 15 metros de altura no Pacífico e lançou poeiras, cinzas e fumaças a 27 quilômetros de altura. Esses resíduos deram volta, em número de 400, a Terra e permaneceram na Atmosfera por 15 meses, até caírem, por gravidade, e lavadas pelas chuvas a partir de 2.000 metros, e combatidos por outros meteoros. Produziu essa injeção de materiais vulcânicos na Atmosfera, inúmeros fenômenos ópticos que podiam ser constatados visualmente ao nascer e por do Sol, quando os raios inclinados sobre a zona de observação produziam reflexão e deflexão luminosa sobre as particulas suspensas. Foi a mais importante Poluição Atmosférica geral do último milênio e seus efeitos, ainda hoje, podem ser sentidos, embora atenuadíssimos.

---

### MUSIKKAPELLE "LYRA" em Blumenau — 1930-1931



Antigo conjunto musical (dizem ter sido um dos primeiros) cujos componentes eram: Franz Gzstwicki — Hermann Hering — Arno Wodek — Fedor Axthelm — Arthur Lindhern — Waldemar Gropp — Gustav Otte — Bruno Hiendlmayer — Edgar Benhard — Ewald Bernhard — Franz Hering (chico) — Heini Otte — Bruno Köster — Hass — Heinz Sachtleben — Max Meldola — Julius Baumgarten — Eduard Gropp — Erwin Schneider — Walter Breitkopf — Julius Seibt e o maestro Heinz Geyer ao lado de seu filho.

Provavelmente os músicos faltantes estivessem tomando banho de mar...

# A Ação Colonizadora de Luiz Bertoli

por WALTER F. PIAZZA

(Continuação do número anterior)

O desenvolvimento da colonização nesta gleba, cresce n'uma proporção muitíssimo satisfatória, obedecendo mais ou menos às normas de uma boa colonização, dando aos lotes frentes para os ribeirões quando possível, servindo-os de regulares estradas para franco escoamento de seus produtos".

E, acrescenta este quadro econômico:

Serrarias trabalhando	- - - - -	6
Serrarias em construção	- - - - -	4
Atafonas trabalhando	- - - - -	8
Atafonas em construção	- - - - -	3
Olarias trabalhando	- - - - -	2
Engenho de farinha trabalhando	- -	8
Engenho de farinha em construção	--	1

E tal quadro é assim completado:

"Os produtos predominantes são os seguintes na escala decrescente: Fumo em folha que é o produto de maior vulto na colônia, alcançou este ano uma safra de 13.000 arrobas, que vendido ao preço de 15\$000 a arroba, alcançado na própria colônia, produziu uma renda apreciável de 195:000\$. Em segundo lugar está colocado o milho, que também teve este ano uma colheita abundante e farta, calculado em 15.000 sacas. Deste produto talvez um terço seja aproveitado para exportação, e o restante destinado a criação e engorda de porcos, ramo este que muito vem enriquecendo a colônia. Os outros produtos como feijão, arroz, aipim, batatas e fumo em corda, são cultivados em menor escala e consumidos dentro da colônia".

Mas, a obra de Luiz Bertoli, nesta gleba, deve ser considerada pelo número e extensão de estradas construídas e entregues ao município de Rio do Sul, livre de qualquer ônus, para a sua Municipalidade, tais como:

Estrada Ribeirão Grande - Serra do Mirador	40 km.
Estrada Ribeirão Cipriano - - - - -	7 km.
Estrada Ribeirão América - - - - -	7 km.
Estrada Ribeirão Luiz - - - - -	7 km.
Estrada Ribeirão Wilde-Ribeirão Walderich	18 km.
Estrada Ribeirão Alegre - - - - -	6 km.
Estrada Ribeirão Encano (afl. Rib. Luiz)	4 km.
Estrada Ribeirão Torretti - Braço Panela	4 km.
Estrada Rio d'Oeste (margem esquerda)	21 km.

Estrada Ribeirão Cachoeira	- - - - -	6 km.
Estrada Ribeirão Encano (afl. Rio d'Oeste)	- - - - -	3 km.
Estrada Bela Vista	- - - - -	4 km.
Estrada Ribeirão Herta	- - - - -	3 km.
Estrada Ribeirão Pechincha	- - - - -	3 km.
T O T A L - - - - -		133 km.

E acrescenta-se o que o observador de então, assinalou:

“Quanto à instrução não poupa o concessionário esforços em aumentar o número de escolas, subvencionando-as.

Já conta a colônia do Ribeirão Grande com quatro escolas, sendo uma na povoação aos cuidados das Irmãs Catequistas, com grande número de alunos e as demais respectivamente nas linhas coloniais Alto Ribeirão Grande, Ribeirão Luiz e Barra do Ribeirão Herta”.

Na realidade, tal concessão em 1937, tinha 63.354.880 m<sup>2</sup> já divididos, em 184 lotes, e 93.158.203 m<sup>2</sup> exclusivamente dedicados à pastagem para gado cavalari e vacum.

A partir do ribeirão das Pombas construiu caminhos nos ribs. Cipriano, Luiz, Encano, América, Alegre e Wilde.

E o centro da colonização é, assim, descrito:

“O local escolhido para a povoação do Ribeirão Grande é próprio para esse fim, apesar de bastante acidentado”.

“Luiz Bertoli facilita notavelmente o pagamento aos colonos, pois além de dilatado prazo, aceita gêneros em pagamento, ao preço da praça”.

“O preço de cada lote é de 2:500\$000, e se o colono se comprometer a construir a estrada segundo o traçado e condições que determinar o colonizador, o preço do lote ficará em 1:200\$000. Esses preços regulam para as terras de 1<sup>a</sup> ordem, sendo menores para as terras inferiores”.

Entretanto ao estabelecer as bases da povoação de Ribeirão Grande, onde destinou áreas para cemitério (3.487 m<sup>2</sup>), para a igreja católica (10.625 m<sup>2</sup>) e para a escola paroquial (5.180 m<sup>2</sup>), dividiu-a em 78 lotes urbanos, cujos contratos de venda são efetuados a partir de 23 de dezembro de 1931, com Gelindo Anderle, Francisco Tomazoni Jor. e Juliano Buzarello.

### Linha Ribeirão Grande

“Em 1927 iniciou-se a colonização de Ribeirão Grande. Fizeram-se as primeiras medições de lotes coloniais e atacou-se a construção de estradas. Não havia então, pode-se dizer, alma humana viva neste sertão,

Em 1931 esteve paralizada a obra e recomeçou-se mais tarde. Em meados de 1934, a fim de vencer melhor os obstáculos e poder com mais eficiência ativar o povoamento, infundindo ânimo

mo e entusiasmo nos colonos, transferi a residência de Rio do Oeste para Ribeirão Grande, 22 km. distante da sede do distrito (Taió). E, lá, construí um moinho de fubá e serraria, para melhor auxiliar os novos habitantes e os que vinham chegando de diversos municípios. Em 1932 recomeçava, assim, o povoamento que, por vezes, por motivos expostos alhures e que não carece repeti-los aqui, ficou sustado.

Hoje (1935) o Ribeirão Grande conta com mais de duzentas famílias localizadas e outras estão a vir, e todos trabalham na construção da zona. Também não se descuidou de igreja e escolas... Na povoação existem já duas escolas: uma subvencionada pelo concessionário (Luiz Bertoli, sênior) e alguns amigos, que conta com 60 e poucos alunos, regida por professoras religiosas, e outra municipal, com cerca de 10 alunos. Construiu-se uma bela igreja na povoação projetada e outras fora, e três casas de comércio desenvolveu este ramo. A ligação da estrada Ribeirão Grande — Mafra vem ainda melhor auxiliar o franco desenvolvimento da zona Ribeirão Grande, um dos braços mais fortes do futuro de Taió e Rio do Sul.

Além das escolas (de Ribeirão Grande) conta-se, agora, de mais uma no "Ribeirão Luiz", afluente do Ribeirão Grande, onde ha regular número de crianças, com idade escolar, bem como no Ribeirão Grande acima na altura da barra do Ribeirão Herta, onde atualmente se constroe uma igreja".

"A Linha Colonial Ribeirão Grande, margeado pela estrada do mesmo nome, é considerado como linha mestra da concessão acima citada, sobre cuja estrada convergem as demais linhas secundárias.

Esta linha colonial, quanto à colonização se fez mais rapidamente, embora um tanto montanhosa e fraca".

Na realidade, entretanto, os dois primeiros contratos de compra e venda de terras são datados de 20 de junho de 1925 entre Luiz Bertoli (sênior) e Egidio Daltoso e Francisco Giacomazzi.

Em Ribeirão Grande, a distribuição dos lotes foi da seguinte ordem:

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
130.001 a 140.000	1	1,03
140.001 a 150.000	1	1,03
150.001 a 160.000	1	1,03
160.001 a 170.000	—	—
170.001 a 180.000	4	4,49
180.001 a 190.000	5	5,61
190.001 a 200.000	3	3,38
200.001 a 210.000	2	2,28
210.001 a 220.000	7	7,86
220.001 a 230.000	1	1,03
230.001 a 240.000	5	5,61

240.001 a 250.000	4	4,49
250.001 a 260.000	6	6,73
260.001 a 270.000	5	5,61
270.001 a 280.000	11	12,36
280.001 a 290.000	6	6,73
290.001 a 300.000	4	4,49
300.001 a 310.000	7	7,86
310.001 a 320.000	3	3,38
320.001 a 330.000	4	4,49
330.001 a 340.000	4	4,49
340.001 a 350.000	4	4,49
350.001 a 360.000	—	—
360.001 a 370.000	1	1,03
<b>T O T A L</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>

### Ribeirão Cipriano

A 1º de fevereiro de 1928 foram efetuados três contratos de compra e venda entre Luiz Bertoli (sênior) e Manoel Moratelli Junior, para venda de lotes nesta linha colonial.

As áreas desta área colonizada estavam, assim, divididas :

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
110.001 a 120.000	1	3,38
120.001 a 130.000	—	—
130.001 a 140.000	—	—
140.001 a 150.000	1	3,38
150.001 a 160.000	—	—
160.001 a 170.000	—	—
170.001 a 180.000	—	—
180.001 a 190.000	1	3,38
190.001 a 200.000	—	—
200.001 a 210.000	—	—
210.001 a 220.000	—	—
220.001 a 230.000	1	3,38
230.001 a 240.000	—	—
240.001 a 250.000	3	10,11
250.001 a 260.000	8	26,88
260.001 a 270.000	7	22,44
270.001 a 280.000	2	6,78
280.001 a 290.000	—	—
290.001 a 300.000	3	10,11
300.001 a 310.000	2	6,78
310.001 a 320.000	1	3,38
<b>T O T A L</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

## Rio Itajaí d'Oeste (2ª e 3ª secções)

O primeiro contrato é efetuado, a 19 de setembro de 1925, com José Bertoli, relativo a uma área de 850.000 m<sup>2</sup>, posteriormente, são efetuados outros relativos à áreas menores e, assim distribuídos:

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
90.001 a 100.000	1	5,88
100.001 a 110.000	—	—
110.001 a 120.000	1	5,88
120.001 a 130.000	1	5,88
130.001 a 140.000	—	—
140.001 a 150.000	1	5,88
150.001 a 160.000	—	—
160.001 a 170.000	1	5,88
170.001 a 180.000	—	—
180.001 a 190.000	1	5,88
190.001 a 200.000	—	—
200.001 a 210.000	—	—
210.001 a 220.000	—	—
220.001 a 230.000	—	—
230.001 a 240.000	2	11,77
240.001 a 250.000	1	5,88
250.001 a 260.000	2	11,77
260.001 a 270.000	1	5,88
270.001 a 280.000	2	11,77
280.001 a 290.000	2	11,77
290.001 a 300.000	—	—
300.001 a 310.000	—	—
310.001 a 320.000	—	—
320.001 a 330.000	1	5,88
T O T A L	17	100 0/0

### Linha “Ribeirão Luiz”

“... são quase todos lotes pequenos, muitíssimo montanhosos, banhados exclusivamente pelo ribeirão do mesmo nome”.

Os primeiros contratos nesta linha colonial o são, a 15 de junho de 1929, com Antonio Berlanda.

A distribuição dos lotes, no tocante ao seu dimensionamento, pode ser assim sumariado:

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
140.001 a 150.000	1	2,56
150.001 a 160.000	4	10,24
160.001 a 170.000	2	5,16
170.001 a 180.000	2	5,16
180.001 a 190.000	2	5,16
190.001 a 200.000	1	2,56
200.001 a 210.000	1	2,56
210.001 a 220.000	—	—
220.001 a 230.000	1	2,56
230.001 a 240.000	1	2,56
240.001 a 250.000	4	10,24
250.001 a 260.000	3	7,68
260.001 a 270.000	12	30,72
270.001 a 280.000	—	—
280.001 a 290.000	2	5,16
290.001 a 300.000	1	2,56
300.001 a 310.000	—	—
310.001 a 320.000	1	2,56
320.001 a 330.000	1	2,56
<b>T O T A L</b>	<b>39</b>	<b>100 %</b>

Adjacentes ao ribeirão Luiz abriram-se as linhas coloniais do “Braço do Ribeirão Luiz”, “Braço do Panela” e “Braço Toretti”, onde, no primeiro foram demarcados 6 (seis) lotes de 250.000 m<sup>2</sup>, no segundo 4 (quatro) lotes de dimensões variáveis (150.165, 300.000, 328.800 e 376.690 m<sup>2</sup>), e no terceiro apenas 1 (um) lote de 566.100 m<sup>2</sup>.

No “Ribeirão Alegre” foram demarcados 11 (onze) lotes, sendo o menor de 180.000 m<sup>2</sup> e o maior de 523.900 m<sup>2</sup>, e, ali, o primeiro contrato é de 22 de fevereiro de 1932.

Já, na linha colonial “Ribeirão Wilde”, o foram, somente, 7 (sete) lotes, o menor de 140.000 m<sup>2</sup> e o maior de 230.000 m<sup>2</sup>, sendo os primeiros contratos de 15 de abril de 1933, com Ricardo Kreitlow, Adolfo Glau e Gustavo Stange.

Na linha colonial “Ribeirão Pechincha”, cuja colonização data de 1928, foram demarcados dois lotes, um de 300.000 e outro de 254.800 m<sup>2</sup>, ambos vendidos a Cesario J. de Farias.

## Linha "Ribeirão Encano"

"... que é um afluente do Ribeirão Luiz, tem maior desenvolvimento na margem esquerda, visto ser a margem oposta quase que imprestável para tal fim, dadas as condições topográficas, além dos constantes peraus existentes".

Nesta linha localizaram-se à época da demarcação grande número de "posseiros", com os quais contratou Luiz Bertoli (sênior), a 22 de abril de 1925, através de cláusulas especiais.

A introdução de colonizadores italo-brasileiros se processa a partir de 1932.

Afora uma área de 1.000.000 m<sup>2</sup> (José A. Padilha) e duas da ordem de 500.000 m<sup>2</sup> (Humberto Menegale e Gabriel Debiase), as demais são da seguinte ordem:

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
220.001 a 230.000	1	3,7
230.001 a 240.000	4	14,8
240.001 a 250.000	8	29,6
250.001 a 260.000	7	26,0
260.001 a 270.000	5	18,5
270.001 a 280.000	1	3,7
280.001 a 290.000	—	—
290.001 a 300.000	—	—
300.001 a 310.000	1	3,7
<b>T O T A L</b>	<b>27</b>	<b>100 %</b>

## Linha "Ribeirão América"

"Nas margens deste ribeirão, que é afluente do Ribeirão Grande, a colonização vem se fazendo mais com colonos descendentes de Italianos".

Áreas (m <sup>2</sup> )	Nº de lotes distribuídos	%
140.001 a 150.000	1	3,58
150.001 a 160.000	—	—
160.001 a 170.000	—	—
170.001 a 180.000	1	3,58
180.001 a 190.000	3	10,71
190.001 a 200.000	2	7,14
200.001 a 210.000	12	42,84
210.001 a 220.000	4	14,28
220.001 a 230.000	1	3,58

23o.001 a 24o.000	3	10,71
24o.001 a 25o.000	—	—
25o.001 a 26o.000	—	—
26o.001 a 27o.000	—	—
27o.001 a 28o.000	—	—
28o.001 a 29o.000	1	3,58
<b>T O T A L</b>	<b>28</b>	<b>100 %</b>

Para a sua tarefa colonizadora Luiz Bertoli (sênior) ainda adjudicou outras glebas, na sua empresa.

Tais são:

Joaquim Moratelli, por contrato de 3 de janeiro de 1921, obrigou-se a construir a estrada de rodagem da mprgem direita do rio Benedito, no então município de Blumenau, recebendo parte do valor em terras devolutas, recebendo-as e medindo-as no Ribeirão do Bode, 3.514.709 m<sup>2</sup>, cujo título definitivo obteve a 16 de fevereiro de 1925, bem como, na mesma data, no Rio Itajaí d'Oeste 42.485.291 m<sup>2</sup>, vendendo-as a Luiz Bertoli (sênior), que não as colonizou por questões com posseiros.

Luiz Bertoli comprou à Viúva Irma Gärtner, em 1928, mais ou menos 1.650 hectares de terras, já divididos em lotes de 47 a 70 hectares. Comprou a Bona & Cia., mais de 5.000 hectares no Alto Rio Benedito Novo, já subdivididos em lotes de todos os tamanhos.

Estas, em linhas gerais, as atividades e o alcance colonizador de Luiz Bertoli, integrando, social e economicamente, vasta área à comunidade catarinense.

X X X

## BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

*Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina*  
Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 25,00

Número avulso Cr\$ 3,00 -- Atrazado Cr\$ 5,00

Assinatura para o exterior, Cr\$ 50,00 anuais

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

# Tricentenário da Província Franciscana

Por ocasião do transcurso do Tricentenário de autonomia da Província da Imaculada Conceição dos Rdmos. Padres Franciscanos Brasileiros, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, realizou uma sessão especial comemorando essa efeméride. Nela, o representante de Blumenau, Deputado ALVARO CORREIA, proferiu o discurso que passamos a publicar :

SENHOR PRESIDENTE  
SENHORES DEPUTADOS

Honra-me sobremaneira ocupar esta Tribuna pela segunda vez no espaço de poucos dias, para falar sobre o tricentenário da PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO.

Face à estima e admiração que dedico aos Franciscanos, no último dia 30 de setembro procurei aqui destacar não só a significação desse evento, como também a majestosa obra que os religiosos dessa Ordem vêm realizando no Brasil desde o seu descobrimento.

Hoje, falo nessa sessão especial em que este Poder presta o tributo da sua homenagem aos Franciscanos, por delegação do líder da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, a cuja deferência devo agradecer.

Alegra-me assinalar nesta hora que, como católico praticante, bem como em minha atividade de homem de imprensa e rádio no Vale do Itajaí, conheci e me liguei, por afeição e amizade, a inúmeros sacerdotes Franciscanos.

Seja-me permitido, inclusive mencionar aqui 4 deles, cujos nomes evoco com carinho e respeito, pelo muito que representaram e ainda representam na minha formação cristã.

Dois deles já falecidos. FREI ANTONINHO ZIMMERMANN e FREI SOLANO, este conhecido e tratado carinhosamente por Tio Solano, os quais cumpriram destacado trabalho na Paróquia de GASPARGAR. Do Tio Solano guardo a lembrança de ter sido o meu primeiro confessor.

FREI GODOFREDO SIEBERT, que hoje ainda vive em Petrópolis, em duas oportunidades e em longo período foi Vigário em Gaspar, onde comandou a construção de duas obras imponentes naquela cidade: a majestosa Igreja Matriz e o Hospital. Foi meu professor de religião e o ministrante da minha primeira comunhão há 30 anos passados.

Cito, finalmente, FREI ODORICO DURIEUX, bondoso sacerdote e talentoso mestre do quase centenário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO de Blumenau, do qual é um dos seus baluartes. Frei Odorico, que recentemente comemorou o seu JUBILEU DE OURO de vida sacerdotal, é dono de respeitável cultura e aprimorada inteligência, a cujas luzes e saber recorri para poder incursionar nos meandros da fascinante página histórica que os Franciscanos escreveram em nosso país ao longo desses 300 anos de fecunda existência.

## O INÍCIO

A fim de enquadrar a ORDEM FRANCISCANA DO BRASIL dentro do Franciscanismo universal, devemos remontar aos primórdios dessa Instituição na ITÁLIA.

Para tanto, recuemos na História 767 anos. Em 1208, SÃO FRANCISCO DE ASSIS — cognominado IL POVERELLO — lançava em sua cidade natal as bases da Ordem. Ele próprio, nas suas muitas andanças missionárias, teve oportunidade de ir a PORTUGAL, por volta de 1213, quando lá reinava DOM AFONSO II, terceiro Rei da primeira dinastia. Três anos depois, já uns franciscanos se estabeleceram em Alenquer e Guimarães. Com mais três anos, fundava-se a 1.ª Custódia, quer dizer filial de outra província; e muito em breve surgiram mais duas. As três eram: LISBOA, COIMBRA e ÉVORA. Quando em Portugal subiu ao trono a 2.ª dinastia, na pessoa de Dom João I, mestre de Avis, essas três custódias se tornaram independentes de Espanha e fundiram-se numa só província portuguesa. Ao tempo de Cabral esse número já tinha crescido para três províncias, e seus religiosos estavam fortemente comprometidos nos Descobrimentos. As naus que partiam mar a fora, levavam freqüentemente em seu bojo equipes de frades menores para as terras da conquista. Foi assim que na expedição de Cabral veio a estar FREI HENRIQUE SOARES DE COIMBRA, o franciscano que figura em nossa História como o primeiro a celebrar a santa missa em território brasileiro.

E dali para a frente, nunca faltaram no Brasil os franciscanos. Veja-se, por exemplo, esta série de datas.

Em 1518 moravam em Porto Seguro dois franciscanos. Foram massacrados pelos índios e devorados. Outros dois, porém, vieram substituí-los, dos quais um morreu flechado quando atravessava um rio.

Em 1525, dois franciscanos catequizavam em São Vicente. Um morreu, igualmente flechado. Em 1534, trabalhou na Bahia um grupo de frades chefiado por Frei Diogo de Borba. Em 1538, no rio dos Patos, cinco religiosos salvos de naufrágio ficaram ensinando os carijós. Depois foram, a pé, para o Rio da Prata. Em 1558 chegou ao Espírito Santo FREI PEDRO PALÁCIOS, o santo, e edificou o santuário da Pênya, que lá está até hoje entestando com o mar do alto do penedo. Consta que as pedras, ele próprio as levava morro acima em seus ombros.

Até esta altura dos acontecimentos, no dizer de Jabotão, os frades menores eram "luzes errantes". E esse errantismo atingiu também o nosso Estado de Santa Catarina. Quem a esse respeito desejar informações, encontrá-las-á, interessantíssimas, no livro cujo lançamento ora se está patrocinando, da pesquisadora ALICE BÉRTOLI ARNS e que traz o título: UMA ESQUECIDA EPOPEIA DE FRANCISCANOS E BANDEIRANTES. E conferindo nessa obra as datas da presença franciscana em nosso Estado, verificamos que, a partir do Quinhentismo — o século do Descobrimento — em século nenhum faltam traços de atividade esporádica ou contínua de frades dessa ordem. Aliás, o próprio estudo de Alice Bértoli Arns indica preciosas fontes de historiadores co-estaduanos nossos, dando conta de múltiplos labores apostólicos realiza-

dos pelos denodados pioneiros em burel de São Francisco. Mas, volte-mos ao balizamento do Tricentenário.

As luzes errantes tornaram-se estrelas fixas quando, em Olin-da se fundava o mais antigo convento em terra brasileira. E daí se dilataram para Norte e Sul, conseguindo autonomia em 1657 — ano da criação da Província de Santo Antônio da Bahia.

A expansão continuou. Fundaram-se mais e mais casas em direção do Sul, de tal modo que, poucos anos depois, essa extensão do Sul, subordinada ainda à Bahia, acabou por tornar-se independente, formando a PROVÍNCIA DA IMACULADA CONCEIÇÃO do Brasil. E esta é exatamente a efeméride que fomos convidados a destacar nesta solenidade. 1675 é o ano em que nasceu a Província Franciscana dos nossos religiosos, essa a que pertence o nosso Estado, essa Província que festeja neste ano o Tricentenário de sua autonomia.

Três séculos de vida, três séculos de intensa atividade, três séculos de cultura, de religião e de civismo. Seria temeridade pretender registrar numa só página a transcendente epopéia desta atuante fração da Ordem do Poverello. Mas, não podemos furtar-nos a fazer desfilar perante nossas mentes, as figuras de alguns dos numerosos corifeus da ciência e da virtude franciscana em terras brasileiras, repetindo embora o que alhures já dissemos, quando justificávamos nosso pedido de que a Assembléia Legislativa de nosso Estado se fizesse representar — como de fato o fez — no grande conclave comemorativo do Tricentenário franciscano em Agudos, no Estado de São Paulo.

Para principiar, aí está o primeiro grande lastro de benemerência à civilização; as missões franciscanas. “No fim do século XVII — assim reza um documento — havia nas capitanias do Sul, do Espírito Santo até São Paulo, mais missionários franciscanos e que geralmente falavam também o idioma índio, do que todas as outras Ordens juntas. Nos albores da catequese, três séries de mártires regaram com seu sangue a seara evangélica.

A instrução, sobretudo a religiosa, era levada às malocas e aos aldeamentos, de sorte que colonos e gentios recebiam pelos arautos da fé em burel franciscano a mensagem evangélica. E isto num tempo, quando o veículo era a sandália do frade que vencia a pé as intermináveis léguas de chão brasileiro. Eram ainda religiosos dessa ordem frequentemente solicitados a dar assistência às tropas de el-rei e do Imperador, quando saíam a proteger o país contra os invasores.

Conhecemos o nome de um religioso: — é Frei Antônio do Extremo — que do seu convento do Rio de Janeiro, andava a pé as centenas de léguas até Goiás e Cuiabá, e até a Colônia do Sacramento, hoje República do Uruguai, tendo por única companhia um cachorinho. E quase ainda em nossos dias, aqui em nosso Estado, o zelo missionário e pastoral dos franciscanos começou nova floração de 75 anos ininterruptos de duro labor. Tempos houve em que todo o planalto era servido espiritualmente por eles, desde Lages, até os últimos limites com a Argentina, com o Paraná e Rio Grande do Sul a dentro. Viajavam solitários, meses a fio, montando burros ou cavalos, atravessando os intermináveis campos das fazendas, sem estradas, orientados apenas pela

bússola, para irem atender as ralas populações perdidas naqueles ermos. Interferiram nas lutas do Contestado e na Campanha dos Fanáticos de João Maria.

No campo das letras sagradas e profanas, seria imperdoável silenciar o nome do maior orador sacro do Império, Frei Francisco de Montalverne, com quem ombreavam os confrades FREI SÃO CARLOS, poeta da "Assunção", o teólogo FREI RODOVALHO e o eminente político FREI FRANCISCO DE SANTA TERESA DE JESUS SAMPAIO. Este último atuou como destacado artífice da nossa Independência. É de redação sua o manifesto popular que provocou de Dom Pedro o famoso FICO. Foi na sua modesta cela do convento de Santo Antônio do Largo da Carioca, que se tramaram os passos da Independência, e foi lá ainda, e pelo mesmo Frei Sampaio, que se redigiu a nova Constituição do Imperio Brasileiro.

Na área das Ciências há portentosos nomes a registrar: FREI JOSÉ DA COSTA AZEVEDO, o primeiro diretor do Museu Nacional. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO, o maior botânico brasileiro de sua época, autor dos 11 volumes da FLORA FLUMINENSE. FREI TOMÁS, recentemente falecido, representante do Brasil em congressos internacionais de Entomologia.

E nesta altura não é possível também omitir o extraordinário prestígio alcançado no campo da teologia pelos pensadores e professores franciscanos brasileiros, que ultimamente se impuseram à estima e admiração do mundo católico por ocasião do Concílio Vaticano Segundo, para onde foram chamados como peritos: entre outros, FREI BOAVENTURA, FREI LEONARDO BOFF, FREI CONSTANTINO KOSER. Este é atualmente Ministro Geral da Ordem, com sede em Roma, mas de lá compareceu a Agudos, onde durante a Sessão Magna do Tricentenário, recebeu da Delegação de nossa Assembléia Legislativa a homenagem que o Estado de Santa Catarina prestava à Ordem Franciscana por tão assinalada efeméride.

Ficaria uma lacuna, se não fizéssemos referências à enorme e continuada contribuição dos franciscanos brasileiros à causa do ensino. E vem muito a propósito citar o tópicio de um requerimento dirigido em 1835 pelo Provincial Frei Antônio de Santa Mafalda, a Sua Majestade o Imperador. Diz ele: "O Brasil inteiro reconhece que uma grande porção de sua mocidade recebeu instrução elementar dum grande número de Professores hábeis daquela Ordem, que têm ilustrado as ciências. E difficilmente se encontrará um Eclesiástico nas Provincias deste Império, mormente naquelas em que existem conventos franciscanos, que não lhes devesse a instrução conveniente a seu Estado".

No Rio de Janeiro mantinham os Franciscanos, desde 1776, — reparem na data — um CURSO UNIVERSITÁRIO com treze cadeiras, que até 1826 foi a primeira e única tentativa de um curso de estudos superiores no Brasil. Devemos esta informação a José Veríssimo. E os colégios pioneiros no Sul do País? Aí está o velho Colégio Santo Antônio de Blumenau, que vai completar, dentro de 14 meses, 100 anos de

ininterrupta atividade, onde, entre muitos conhecidos, estudaram os Irmãos Konder, os atuais vice-governadores de Santa Catarina e do Paraná, e quantos mais. O Colégio Diocesano de Lages, garbosa realidade irradiando luzes por todo o planalto catarinense. Esse colégio teve, em fins do século passado, um colégio predecessor seu, fundado e dirigido pelos franciscanos, e onde foi aluno o grande conterrâneo nosso DR. NEREU RAMOS. O colégio do Bom Jesus de Curitiba, e ainda em São Paulo, a atividade franciscana no Colégio de Bastos, berço intelectual do dinâmico Ministro de Minas e Energia SHIGEAKI UEKI; o de Santo Antônio do Pará, na capital bandeirante.

## CONTRIBUIÇÃO À HIERARQUIA CATÓLICA

Tais premissas justificam grandes conclusões. Assim consideramos como natural decorrência que os mentores da Igreja no Brasil tivessem voltadas para a Ordem Franciscana as suas vistas, quando dela destacavam um considerável número de religiosos para ocupar sedes de seus bispados. Mencionemos alguns em particular, dos nossos dias: Dom Daniel Hostin, 1º bispo de Lages, natural de Gaspar, município que já deu três bispos à Igreja; Dom Inocêncio, joinvilense, bispo de Campanha em Minas Gerais; Dom Felício de Vasconcelos, arcebispo a seu tempo de Florianópolis; Dom Henrique Trindade, arcebispo de Botucatu; Dom Osório, de Rondonópolis; Dom Frei Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, natural do município de Criciúma; Dom Carlos e Dom Quirino, responsável, este, pela Diocese de Teófilo Otoni, em Minas Gerais; Dom Pascásio, bispo de Bacabal, no Maranhão, e ainda agora, Dom Henrique Mueller, recentemente sagrado em Joaçaba.

No presente, dois terços dos religiosos que constituem a Província Franciscana da Imaculada Conceição, são naturais deste Estado. Não olvidemos que numerosos municípios catarinenses são cenário de sua atividade. Criciúma, Lages, Curitiba, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Luzerna, Ituporanga, Blumenau, Rodeio, Gaspar, Ilhota, Balneário de Camboriú, Barra Velha, Santo Amaro da Imperatriz, Coronel Freitas, Porto União, Canoinhas, Angelina, Forquilha, Xaxim, Jaborá, Erval D'Oeste, e a própria capital do Estado.

Por tudo isto, está indissolúvelmente vinculada à História e ao povo catarinense esta veneranda PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO. E o seu tricentenário não pode deixar indiferente a representação popular nesta Assembléia.

Eu termino, Senhores, confiante em ter conseguido focalizar devidamente a grandeza da Magna Data Franciscana deste século, que são os trezentos anos de sua autonomia. E quero assinalar a nossa e geral satisfação por ter encontrado uma intelectual conterrânea nossa que se dispusesse, mediante longo e acurado estudo, a trazer a sua valiosíssima contribuição ao conhecimento do que, no passado e também no presente, deve aos filhos do Poverello de Assis o Brasil, e muito especialmente o nosso Estado barriga-verde. E isto fazendo, quero de público felicitar a Autora pela maestria com que se desincumbiu da tarefa que se propôs.

Eu não poderia encerrar melhor estas minhas considerações, se não repetindo e endossando aquela tocante dedicatória que Alice Bértoli Arns faz preceder as páginas de sua "Esquecida Epopéia" e na qual me incluo, a mim e a quantos outros aos Franciscanos se declaram devedores.

A dedicatória é esta:

*"A meu avô e a meu pai, os quais como meus irmãos e eu mesma, tiveram a felicidade de ver o burel de São Francisco bem presente em sua formação, com ternura dedico este trabalho, ao ensejo do tricentenário da Província Franciscana da Imaculada Conceição".*

## ESTANTE CATARINENSE

por Carlos Braga Mueller

O CONFLITO DOS SÉCULOS, de Arnaldo S. Thiago — Editora Lunardelli — Florianópolis, 1975,

O livro tem início com uma biografia do autor, extraída da edição de 21.11.71, do jornal "O Estado", da capital. Nascido na cidade de São Francisco do Sul, Arnaldo S. Thiago começou a escrever aos 8 anos de idade. Silvia Amélia Carneiro da Cunha, na biografia, assim retrata o início de literatura desse ilustre catarinense: "Essa primeira produção do seu estro infantil foi um delicado acróstico dedicado a uma menina da mesma idade".

Arnaldo S. Thiago, poeta por natureza, também foi professor e funcionário público federal. Tem muitos livros publicados, alguns de poesia, outros em prosa. Entre suas principais obras destacam-se "Fagulhas", "Escrínio d'Alma", "Últimos Cantos", "Comentários à História das Religiões", "Memórias de um Franciscano" e "História da Literatura Catarinense". Tradutor, político (foi deputado estadual), Arnaldo S. Thiago é membro da Academia Catarinense de Letras, cadeira nº 21. Em 1971 foi candidato ao Prêmio Nobel de Literatura, ocasião em que contou com o apôio da Academia de Ciências de Roma, da Academia Tiberina, da Itália também, e, naturalmente, da sua Academia Catarinense.

Arnaldo S. Thiago está com 88 anos. Seus 12 filhos lhe deram 65 netos e 87 bisnetos. Hoje, este número já pode ter aumentado. Queira Deus que ele continue escrevendo ainda por muitos anos obras como esta, na qual, a certa altura, assim se manifesta: "Para desenvolver normalmente as suas nobres faculdades espirituais, necessita o homem do convívio constante com as maravilhas da criação, impregnada sempre de um fluido sutil e divino, que absolutamente não se encontra nas obras feitas pela mão do homem".

Thiago não se conforma com o atual sistema de concentrações urbanas. É justifica: "A época das cidades monstruosas, como Londres, Paris, Tóquio, Berlim, Nova Iorque, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Ja-

neiro e tantas outras, construídas de acordo com o senso materialista que tem até hoje predominado na organização social, deve ser considerada, a bem dos novos índices de civilização, que apenas se esboçam para a humanidade, como uma época superada”.

Ele aconselha aos seus leitores: “O exemplo tem de partir dos povos americanos, graças à sua formação étnica e à vastidão do cenário em que vivemos”.

Quase ao final, sua mensagem, viva e dirigida, a todos, é esta: “Esse o conflito dos séculos: o da conquista da nossa liberdade pela aquisição do saber e da experiência na prática da virtude, que somente a união da Ciência e da Religião pode determinar”. Leia a mensagem e medite com o autor. O que mais necessitamos nos tempos atuais é refletir, meditar, aceitar mensagens bem intencionadas, como a desse livro.

Vale destacar, ainda, o prefácio, longo e afetivo, escrito pelo neto do autor.

A CASA DOS JASMIN, de Frei Elzeário Schmitt OFM --  
Edição do Autor, 1975.

O sub-título do livro revela a intenção do autor: “Crônica de uma Família Catarinense”. Frei Elzeário conta, a certa altura que “Adão Nicolau Schmitt e Maria Luiza Deschamps casaram-se em São Pedro, no dia 16 de abril de 1887, na presença do vigário padre José Pies. Ela estava com 21 anos, ele com 24 anos de idade. A cerimônia teve a original simplicidade, de todos os casamentos celebrados no meio colonial e interiorano do Brasil. A rígida educação familiar de ambos, o profundo sentido cristão da vida, marcado já na mocidade pela faina diária que pouco lazer oferece, tempo excessivo para namoro e festa — todo o ambiente de sacralidade e trabalho de que os jovens viviam cercados, era, a um tempo, preparação remota e próxima para o casamento. Tratava-se de passo apenas externo sair da casa paterna para construir nova família, sem abandonar um só instante o mesmo clima sacral”.

A crônica apresenta as reminiscências de um jovem que viveu um ambiente cristão e feliz: um jovem que dedicou sua vida a Deus, abraçando o sacerdócio. É a história de uma família que muito lutou, que sofreu, mas que também teve os seus momentos de alegria, de felicidade. Do casamento de Adão Nicolau e Maria Luiza, nasceram 14 filhos. 2 tornaram-se servos de Deus. Frei Elzeário e sua irmã Emilia (Irmã Almira).

O livro faz um completo levantamento da árvore genealógica da família de Adão Nicolau e também dos outros ramos que foram sendo unidos, para, a final, chegar-se ao casal e seus 14 filhos.

Este é um livro que, além de ser uma crônica familiar, retrata muito bem a vida interiorana de Santa Catarina durante determinada época. É além do mais, Frei Elzeário é espontâneo. Ao escrever sobre seus pais, sobre seus irmãos, sobre a família, enfim, o faz com tanta simplicidade e com tanta emoção, que sua narrativa parece transformar-se em poesia da mais pura. Trata-se de uma leitura sadia, que só pode fazer bem a quem tiver a ventura de ter às mãos o livro.

## A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim

AFONSO IMHOF

*Um estudo de desenvolvimento econômico. GIRALDA SEYFERTH. Editora Movimento, Porto Alegre, 1974.*

No capítulo II, reservado ao povoamento do Vale do Itajaí-Mirim, a Autora historia a imigração alemã no Brasil com os seus insucessos iniciais até 1860, ano em que foi fundada a Colônia Itajaí — Brusque, a qual abrangia principalmente toda a extensão territorial ao longo do Vale do Rio Itajaí-Mirim (tributário do Itajaí-Açu, rio principal da bacia hidrográfica do Vale do Itajaí), fragmentada hoje em Municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos, concentrando a Autora suas pesquisas nos dois primeiros, pois ali houve a concentração de levas de imigrantes alemães, enquanto Botuverá, Vidal Ramos e ainda Nova Trento, no Vale do Tijucas (também integrantes da Colônia Itajaí — Brusque), receberam italianos. Analisa o povoamento do Vale do Itajaí-Mirim em relação ao sistema *Waldhufen* (colonização da região montanhosa do leste da Alemanha no final da Idade Média: o tipo de povoamento chamado *Waldhufen*, p. 42). A distribuição das propriedades em lotes alongados, segundo a Autora (p. 48), é que faz o sistema de povoamento assemelhar-se muito à *Waldhufendorf*, característica da colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste de Mittelgebirg e em partes das florestas das terras baixas do norte da Alemanha. Rica a explanação em torno desse sistema, explicando detalhes terminológicos da estrutura agrária camponesa medieval, como, por exemplo, *Marachlufendorf*, *Flur*, *Gewanne*, *Haufendorf*, *Strassendorf*, *Flurzwang*. A Autora explica (página 54), que a tradição histórica do campesinato alemão, o tipo de povoamento que prevaleceu no Vale do Itajaí-Mirim, o isolamento e a adequação de novas técnicas agrícolas ligadas ao cultivo em um novo habitat, o cultivo de plantas nativas em substituição às européias e um novo tipo de comércio, foram fatores relevantes na formação dessa comunidade camponesa. Nela, dois elementos importantes se destacam: de um lado, a pequena propriedade agrícola (*colônia*) e o grupo doméstico constituindo a unidade econômica; de outro, a vila, constituindo o “mundo do camponês”.

A exploração do lote colonial se caracterizou pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas peculiares ao sistema de coivara; sendo que o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco forneciam o excedente de produção para ser trocado ou vendido nas *Kaufläden* (vendas), ficando os outros exclusivamente para a subsistência, a saber: o feijão-preto, o taiá, a batata-doce, o amendoim, o aipim e as colheitas de horta, onde cultivavam os legumes e, próximos à casa, árvores frutíferas que se destinavam ao consumo doméstico. Houve pouca, quase insignificante criação de animais.

Por outro lado, os engenhos de açúcar e cachaça, a produção do fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite e de um doce de frutas pastoso chamado *Mus*, constituíram as principais atividades — rotuladas por

Seyferth como "indústria doméstica" (p. 67) — e tiveram excelente incremento. A Autora explora estatisticamente, baseada em relatórios da época, a produção e descreve o fabrico de alguns produtos, analisando até a divisão do trabalho na Colônia.

A Vila (de Brusque) é o segundo elemento importante que caracterizou a comunidade camponesa do Itajaí-Mirim no século XIX (p. 54 a 83). O colono não ficava isolado na sua propriedade: ele mantinha suas atividades sociais e econômicas com seus semelhantes através das relações sociais estabelecidas na vila; ali ficavam as capelas, as escolas, a sede da Schützenverein (Sociedade de Caça e Tiro), a administração, o ancoradouro, o cemitério, acreditando Seyferth que talvez por isso não era chamada de Dorf (aldeia), mas sim de Stadtplatz (de Stadt, cidade e Platz, lugar). A vila era ao mesmo tempo aldeia e cidade.

O capítulo IV é dedicado ao estudo do comércio colonial onde se destacam os vendedores, isto é, os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden* (vendas). Os vendedores, um pequeno número de pessoas, monopolizavam o transporte e o comércio.

Os colonos vendiam ou trocavam suas mercadorias por produtos trazidos das cidades que eram necessários à sua subsistência. Havia um monopólio subordinando o colono ao vendedor, e, como Seyferth afirma (p. 102) — "o imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendedor". Os colonos não tinham outra alternativa quanto à colocação dos seus produtos no mercado e à aquisição daquilo que necessitavam. As atividades dos vendedores não se limitavam unicamente ao comércio e conseqüente monopólio dos transportes e preços. Havia um outro fator, segundo Seyferth (p. 109), não menos importante, que deixava os colonos dependentes deles: eram os comerciantes que financiavam e exploravam boa parte da pequena indústria ligada à lavoura (engenhos e atafonas e, já no princípio do século XX, também as fecularias) e as serrarias. Toda a poupança do colono, excetuando aquela que era destinada a melhorar a propriedade, acabava nas mãos dos vendedores para ser guardada por ele, funcionando a venda como banco dos colonos; entretanto, deferia desse tipo de instituição em um aspecto importante: não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda; o colono pagava pelo depósito *nas Kaufläden*.

No último capítulo, a Autora traz uma importante contribuição à elucidação do aparecimento da industrialização de Brusque, contestando Emílio Willens, que acreditava na origem artesanal das indústrias. A realidade, levantada pela Autora, é outra. No início da colonização, o artesanato era apenas uma atividade suplementar dos colonos, forçados a depender de uma economia estritamente familiar. Pela exposição de fatos, a Autora exclui a hipótese do artesanato ter gerado ou até contribuído para a industrialização. A implantação da indústria têxtil em Brusque a partir de 1892 teve como fator relevante a tentativa do Sr. Carlos Renaux de produzir e revender tecidos em sua venda, fabricados por ele mesmo. Como vendedor desde 1883, tinha condições de garantir um mercado seguro. Ainda dois aspectos que marcaram a implantação da indústria têxtil dizem respeito ao capital investido à mão-de-obra empregada. Os vendedores eram únicos que tinham condições de acumular vasto capital. A presença de te-

celões poloneses de Lodz na colônia, que foram convidados pelo Sr. Renaux a trabalhar na instalação da indústria, foi coincidência fortuita. Três foram as causas determinantes, segundo os estudos de Seyferth (p. 127), da industrialização de Brusque com base na tecelagem: 1. a existência de capital local garantido pelo comércio; 2. a potencialidade de um mercado consumidor na região; 3. a existência de mão-de-obra aproveitável entre os agricultores reforçada pela presença de alguns artifices especializados na fabricação de tecidos, que funcionaram como orientadores dos demais. É importante ainda atentarmos para as duas fases ocorridas no processo de desenvolvimento econômico de Brusque, após o início da industrialização: a primeira, que abrange o período de 1892 a 1930, caracteriza-se pela predominância de atividade agrícola sobre a industrial. O número de operários ainda não é muito grande em relação aos agricultores. A segunda fase da economia brusquense é marcada pela predominância das atividades industriais sobre as agrícolas, a partir da Segunda Guerra Mundial. A proletarianização é maior, sentida através dos expressivos aumentos: de 1561 operários que havia em 1937, passaram a ser 3680 em 1950.

O excelente trabalho da antropóloga Giralda Seyferth constituiu-se num enriquecimento valioso para a bibliografia das Ciências Sociais especialmente no tangente às imigrações alemãs no Brasil.

## Brusque no Contexto da Revolução de 1930

Guilherme Strecker da S A B

### 1. A Revolução de 1930:

Durante o período de 1889 até 1930 (na História do Brasil conhecido como República Velha), os governos fomentavam sobejamente a economia agrícola. Na nossa exportação, sobressaía o café (divisas), dentre outros produtos agrícolas. Houve uma substituição da importação de artigos industrializados durante a primeira Guerra Mundial — 1914 - 1918. Começos tímidos e inseguros.

Ao mesmo tempo, a política dos Estados era manejada pelos "coronéis" — os grandes proprietários de cafezais, juntamente com seus simpatizantes. O "coronel" como cabo eleitoral indiscutível, fazia eleger por quaisquer meios, os candidatos da situação aos cargos políticos. Eram comuns as acusações de fraudes nas eleições. A oposição, quando existente, agia inutilmente entre os eleitores. Na época os Estados de São Paulo e Minas Gerais, dominavam o "mercado" político. Contra o "coronelismo", surgiu o "tenentismo" — formado pela ala dos oficiais jovens do Exército Nacional, os Tenentes.

Em consequência surgem os movimentos revolucionários de 1922 e 1924, sem êxito, porém de resultados positivos. O governo do Presidente ARTUR BERNARDES decorreu sob estado de sítio. No final da administração WASHINGTON LUIZ houve a Crise Econômica de 1929 e a ruptura do eixo político — São Paulo e Minas Gerais; possibilitaram o triunfo da Revolução de 1930. Em 1929 a economia dos Estados Unidos

da América do Norte desequilibrou-se e conseqüentemente veio o desemprego. Essa grande Nação amiga, a maior compradora do nosso café, de repente deixou de comprar esse produto. Esse fato foi catastrófico para a nossa monocultura. Coincidiu também a superprodução de café no Brasil. Aqui os prejuízos atingiram a todos; ocorreu o desemprego em massa.

Os mineiros descontentes com a sucessão presidencial uniram-se ao Rio Grande do Sul e a Paraíba, apresentando candidatos próprios. São Paulo estava sozinho no páreo. O acordo acima citado resultou na Aliança Liberal. Some-se a esta conjuntura o surgimento da classe média e operária, nas grandes cidades (centros industriais) e o aumento da população urbana

As eleições para Presidente da República, realizaram-se a 1º de março de 1930, saindo vitoriosos os candidatos situacionistas; Srs. Júlio Prestes e Vital Soares.

Enquanto a Aliança Liberal acusava as eleições de fraudulentas, era assassinado o Sr. João Pessoa, ex-candidato liberal a Vice Presidente da República.

Então, a 3 de outubro de 1930 inicia-se a Revolução; partia dos Estados que formavam a Aliança Liberal. Os revolucionários rapidamente dominaram o país.

## 2. O Estado de Santa Catarina e a Revolução de 1930

Não iremos analisar o caso singular de nosso Estado, durante a República Velha. Estamos nos idos do governo Adolpho Konder. Em agosto de 1930 realizaram-se em todo o Estado, as eleições para Presidente do Estado e para Vice-Presidente do Estado. Não havia candidatos da oposição. Elegeram-se, como era esperado, o Dr. Fúlvio Coriolano Aducci e o Major José Accacio Soares Moreira, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente do Estado. Ambos foram empossados a 28 de setembro do ano em questão.

Alguns dias depois, iniciou-se a Revolução de 1930. O governo do Estado procurou desesperadamente agir contra os revoltosos gaúchos que haviam tomado conta da situação. Enquanto o Governo catarinense reclamava inutilmente a mobilização de tropas, feriram-se vários combates entre as minguadas tropas legalistas e os revolucionários.

Finalmente, os últimos venceram a resistência no dia 24 de outubro. No dia 25 do mesmo mês, assumiu o governo civil e militar de Santa Catarina, o General Ptolomeu Assis Brasil. Mais uma vez não citamos vários atos e fatos que ocorreram entre a posse até a dramática "renúncia" do Presidente Aducci.

## 3. Brusque e a Revolução de 1930:

As principais autoridades de nosso município no ano de 1930 eram (1):

Prefeito Municipal: Sr. Augusto Bauer

Presidente do Conselho Municipal; Sr. Ernesto Bianchini.

Secretário Municipal: Sr. Henrique Bosco

Fiscal Geral: Sr. João Paulo Schaefer

Juiz de Direito da Comarca: Dr. Júlio Renaux

Promotor Público; Dr. Leonardo Antonio Lobato

Juiz de Paz: Sr. Augusto Diegoli — 4º Juiz de Paz em exercício

Delegado de Polícia: Sr. Carlos Luiz Gevaerd

Pela Lei nº 31 de 19 de outubro de 1929, a receita e despesa do município era orçado em 133:407\$480. A representação do Prefeito, anual, estimava 2:400\$000 (1).

No dia 13 de outubro de 1930, Brusque foi tomada, inesperadamente, pelas forças do Batalhão Patriótico Cel. José Severiano Maia. No mesmo dia, às 15 horas, perante enorme assistência que se comprimia no saguão do Paço Municipal, houve no Gabinete do Prefeito, a passagem do governo municipal.

Estavam presentes além do sr. Augusto Bauer, do tesoureiro da Prefeitura — sr. Mathias Moritz, do Comandante Pedro Kuss — do Batalhão Patriótico, além de funcionários municipais, autoridades e representantes da oposição. Cientificado ao Prefeito que forças revolucionárias ocupam militarmente o município, aconselhou-se sua renúncia. Satisfeita a exigência, a oposição apresentou o Sr. Rodolpho V. Tietzmann para o executivo municipal. Sua nomeação foi imediata — como Prefeito interino de Brusque.

Na mesma ocasião foi extinto o Conselho Municipal e empossadas as novas autoridades policiais. O novo Prefeito indeferiu os pedidos de demissão do Secretário e Tesoureiro da municipalidade.

No dia seguinte aquartelou-se em Brusque o Batalhão Patriótico Cel. José Severiano Maia, com 35 voluntários, sob o comando dos oficiais Ayres Rauen e Salvador Saboya. Em seguida foram feitas várias requisições. Ainda no dia 14 de outubro passou por aqui, sob aplausos populares, o 14º B. C. de Florianópolis, que havia aderido aos aliancistas (2), rumando para Itajaí, sob o comando do Capitão Bittencourt.

*Principais realizações no período pós-revolucionário, em Brusque:*

As principais atitudes tomadas pelo Prefeito interino, através de Resoluções:

- a) Proibição de toda exportação de gêneros de primeira necessidade;
- b) Proibição de venda de bebidas alcoólicas, excetuando-se a cerveja;
- c) Determinação de horário especial de funcionamento do comércio;
- d) Criação de guarda-cívica, sob o nome de "Ordem Pública".

A situação somente se normalizou, em Brusque, a partir do dia 12 de novembro, quando, através de Resolução, tornaram-se caducas as medidas de excessão. Não temos notícias se houve, em Brusque, alteração da ordem, isto é, movimentos anti-revolucionários.

Apesar dos ressentimentos e a falta de um melhor esclarecimento

à população sobre a Revolução, Brusque retomava, com passos gigantes, o caminho do desenvolvimento e do progresso.

A Revolução de 1930, aparentemente triunfante, com os seus novos propósitos, sofreria dentro de alguns anos, contestações dos grupos apeados do poder e de organizações como os comunistas e integralistas. A República Nova conseguiu desestimular, severamente, a nova oposição.

Os catarinenses contemporizaram de início, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Mais tarde, parte do nosso povo aceita a Era Getuliana. Havia perseguições, muitas injustas, como por ocasião da II<sup>a</sup> Guerra Mundial, contra os "quintas colunas", isto é, contra alemães e italianos, naturalizados ou não, e que moravam em Santa Catarina.

Em Brusque, a nova situação fez surgir novas lideranças políticas. Estas, revesavam-se, indiretamente, no poder. Os membros da Aliança Liberal apresentavam listas de candidatos a Prefeito, ao Interventor, que nomeava aquele que reunia as melhores condições.

No período de 1930 a 1947, com excessão da proficua administração Adolpho Walendowsky (1936-1938), todos os administradores brusquenses foram nomeados pelo Interventor Federal de Santa Catarina.

Entretanto, não houve modificações só na política. O Governo Getúlio Vargas promoveu também a industrialização. Consequentemente, os trabalhadores e operários ficaram protegidos pelas leis trabalhistas, institutos de previdência social; o empregador, através de leis, também ficara mais tranquilizado.

NOTA: (1) — Estas impressões foram coligidas do semanário de Brusque O PROGRESSO. Ano II<sup>o</sup> do dia 28 de outubro de 1930, n<sup>o</sup> 25.

## Aspectos da Economia Catarinense Nos Séculos XVIII e XIX

Rosemari Pozzi Eduardo Griggs

(Continuação do número anterior)

### 2. A ECONOMIA DO IMIGRANTE

A ocupação dos Vales do Itajaí, Cachoeira e Tubarão por contingentes imigratórios, veio modificar as características da economia catarinense. Localizados nos vales férteis, os imigrantes logo após a sua instalação em pequenos lotes, e a exploração da terra, através da agricultura, passaram, muito deles, a industrializar ainda que de maneira elementar, os produtos da terra e da criação de gado. Assim, surgiram fabriquetas de banha, de manteiga, de carnes, de cerveja, de charutos, de chapéus, de vinagre e os engenhos de serra em grande quantidade 24. A partir daí se verificou uma diversificação da produção e consequentemente da exportação, sendo que a farinha de mandioca caiu para segundo plano, enquanto que outros produtos como a erva-mate, a madeira, a banha, a manteiga, seguidos de outros produtos agrícolas, disputavam a primeira colocação na pauta das exportações.

No período 1872-90, a população da Província de Santa Catarina quase que dobrou passando de 159.802 habitantes para 283.796, e isto em grande parte devido à imigração alemã e italiana que, a partir de 1829, começou a ocupar os espaços vazios entre o litoral catarinense e as

encostas da serra 25. Esta ocupação além de ser numerosa, era também qualificada, pois entre os imigrantes não vieram apenas agricultores, mas artesões, homens com experiência da vida urbana européia dos meados e da segunda metade do século XIX. Traziam consigo, bagagem tecnológica, sem dúvida superior a dos açorianos.

Estes grupos de colonização tenderam a se organizar em torno de cidades núcleos, integrando a zona rural à economia urbana. Foi o que aconteceu com a formação das cidades de Blumenau, Brusque, Joinville, Tubarão, Criciúma e Rio do Sul.

A colonização européia de Santa Catarina modificou as características básicas da produção e conseqüentemente da exportação 26, como também trouxe alterações na situação dos portos de escoamento da produção, e nos mercados.

O porto de Desterro que sempre fora o mais importante, começou a perder terreno para outros portos (Itajaí, São Francisco e Laguna), os quais por estarem melhor localizados em função dos grupos de colonizadores, passaram a ter movimento superior 27.

Por outro lado, os mercados também sofreram alterações. Em 1885-87, a importação de produtos catarinenses era liderada pela Grã-Bretanha, seguida da Alemanha e dos Estados Unidos, enquanto que a importação de cabotagem era liderada pelo Rio de Janeiro, seguido dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Pernambuco 28.

## 2. 1. AUSÊNCIA DE UM PRODUTO PREDOMINANTE NA PAUTA DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSE

No final do século XIX, a pauta das exportações apresenta alterações, pois o produto mais importante deixou de ser a farinha de mandioca e passou a ser a erva-mate que, contudo, em alguns anos foi ultrapassada pela farinha de mandioca.

Em 1885, os principais gêneros da exportação da Província foram os seguintes: 29

PRODUTOS	VALOR
madeira - - - - -	278.964\$276
erva-mate - - - - -	251.146\$776
farinha de mandioca - - - - -	205.180\$858
arroz pilado - - - - -	172.788\$200
couros - - - - -	104.992\$012
açúcar - - - - -	77.729\$330
banha - - - - -	71.041\$100
manteiga - - - - -	67.035\$500
charutos - - - - -	20.335\$000

A ausência de um produto básico que caracterizasse a economia catarinense, foi comentada pelo integrante da missão do Ministério do Comércio da França, ao Brasil, Paul Walle, que registrou:

Parmi les états si progressistes du sub brésilien. Santa Catarina, forme um cerain contraste; el semble en effet que cet Étate se dede-

loppe fort lentement et qu'il ait assez peu progressé ces dernières années. Cet, État n'est portant ni moins riche, ni moins salubre, ni moins favorablement situs que ses voisins, au contraire, mais il n'exporte pas comme ces derniers un produit de grande consommation,

São Paulo a le café; le Paraná, le maté; Rio Grande do Sul, la ande sèchâe; Santa Catarina n'a produit particulier, mais il pour rait les avoir tous 30.

Continuando seu relato diz que, na época, os principais produtos da exportação constituíam a manteiga, produzida na zona de colonização alemã e italiana, a erva-mate e a banha 31.

Portanto, não havia na economia catarinense um produto básico que representasse grande porcentagem da exportação total. Havia sim, uma gama de produtos que juntos representavam grande parte da exportação catarinense. Embora a erva-mate se tenha mantido à frente das exportações, esta predominância pouco sobressaía sobre os demais produtos, quais sejam, a manteiga, a banha, a madeira e a farinha de mandioca.

## 2. 2. A ERVA-MATE

Este produto somente começou a prosperar a partir dos anos 80 do século passado: Notícias dos relatórios de Presidentes da Província indicam que a exportação desse produto, até os anos 70, foi diminuta.

No período açoriano existe a provisão (1754) sobre o corte de madeiras na Ilha de Santa Catarina, passado pelo Conselho Ultramarino, que proibia o corte de madeiras e nomeia Superintendente da madeira cuja função consistia em protegê-las 32. Por sua vez, o comandante do Rio São Francisco, em 1791, recebia as seguintes instruções com relação à madeira:

“Por pretexto algum concederá que se cortem páos de peroba, senão conforme alvará de Sua Majestade; e aquellas pessoas que quizerem negociar com esta qualidade de madeira, só o poderão fazer com licença sua: quando as madeiras forem para os arsenaes do Rio de Janeiro, devem se conduzir debaixo da guia passado pelo mesmo comandante 33

Houve controle do corte de madeiras no período colonial, o que justifica em parte a reduzida exploração neste período. Contudo, ainda no Governo de D. João VI, foi demonstrada em 1818 preocupação em explorar as matas vizinhas aos rios que cortam o território da Capitania, ainda mais, que havia falta de madeiras nos arsenais da Corte. Na mesma ocasião, existem referências às sucessivas e regulares remessas de madeira à Praça de Montevidéu 34.

O Decreto de 9 de dezembro de 1830, regula o corte das madeiras na Província de Santa Catarina, proibindo o corte de perobas, como também o corte de madeiras por conta da Nação e reservando matas para o Serviço dos Arsenais da Nação 36. Tudo indica que a Província de Santa Catarina abastecia de madeira os arsenais da Nação, desde o século XVIII até meados do século, mas certamente não era a única fornecedora.

No entanto, o relatório do Presidente da Província em 1860, registrou a existência de serrarias que funcionavam com regularidade fornecendo madeira para a exportação. Assinala a imperfeição do sistema que, embora mal aparelhado, possibilitava o crescimento da exportação nos anos de 1850-59, como mostra a seguir 36.

ANOS	DÚZIAS		UNIDADES	
	táboas	pranchões	linhas	ripas
1850-53	19.677	1.157	1.431	258.437
1853-56	20.904	1.209	3.070	259.669
1856-59	21.446	1.311	2.444	378.368

## NOTAS DE RODAPÉ

24. SANTA CATARINA (Estado) Presidente, 1885-88 (Rocha). *Relatório do Presidente Francisco José Rocha à A.L.P. 1886*. Desterro, 1886. p. 173.

25. MATTOS, J. A. *Colonização do Estado de Santa Catarina; dados históricos e estatísticos (1640-1916)*, Florianópolis, "O Dia". 1917. p. 131.

26. SANTA CATARINA (Província) Presidente, 1873-75 (Silva). *Falla à Assembléa Legislativa Provincial*. Desterro, J.J. Lopes, 1874. Nos anexos deste relatório, constam os mapas estatísticos das Colônias de Blumenau e D. Francisca onde registram a exportação de madeiras serradas, banha e outros produtos suínos, manteiga, aves, como produtos importantes das suas respectivas pautas de exportações.

27. SANTA CATARINA, Rocha, p. 161. Este relatório apresenta a média anual da exportação por portos no período de 1880-85. Foram as seguintes: Desterro: 725.647\$985; Laguna: 1.879.902\$025; Itajaí: 2.231.064\$981; São Francisco: 2.344.769\$251.

28. SANTA CATARINA, Rocha, 1886, p. 162

29. SANTA CATARINA, Rocha, p. 162

30. WALLE, Ibid. p. 35

31. Ibid. p. 56

32. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, Escola de Aprendizes Artífices, 2,1913. 375 p.

33. RAMOS, J.C. Villa Nossa Senhora da Graça, 1º de março de 1791. Rio de Janeiro, 7, (2): 487-495-18. trimestral.

34. Portugal (Reinado). D. João VI, Rei de Portugal, do Brasil e de Algarves. Carta ao Governador da Ilha de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 1818 (manuscrito).

35. BRASIL, Leis, Decretos, etc. Atos do Poder Legislativo de 1830. Colleção das Leis do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro, Nacional, 1876 p. 87.

36. SANTA CATARINA, Brusque, p. 33.

(Continua no próximo número)

# A Estância das Araucárias

Evaldo Trierweiler

(Continuação do número anterior)

Elisa na sua graça de 14 anos, esbelta, corpo bem formado, tinha nas maçãs do rosto os tons purpurinos da aurora. Fronte era pequena. O revestimento capilar começava pouco acima das sobrancelhas, arqueadas e negras, e deitava-se em madeixas de azeviche até abaixo das espáduas. As sobrancelhas sombravam-lhe os olhos negros de veludo. Compridas pestanas igualmente negras emprestavam doçura àquele olhar. Um nariz afilado erguia-se de sobre dois lábios carnudos, voluptuosos, cor de carmim, que o recato ainda mantinha dentro da rigorosa norma moral. Queixo torneado, rotundo colo, tez morena levemente aveludada e busto bem desenvolvido para aquela idade. No sorriso mostrava duas rilhas de dentinhos finos e bem formados. Quem a visse rir pediria bis, mesmo que não fosse seu namorado, tal o encanto que punha no semblante. Mesmo descalça tinha o porte de rainha, o andar gracioso dentro dos longos vestidos da época. Com toda essa graça esperava por encontrar-se com o seu bem e amado Antoninho.

Entardecia. Chegara novamente a hora da ordenha. Enquanto a mãe mungia a vaca ela, de relance, percebeu a aproximação de um vulto por trás de uma árvore nos fundos da mísera estrebaria. Um olhar a mais lhe trouxe a certeza da presença do amado a uns vinte metros do local. Uma onda de rubor tingiu-lhe as faces, contrastando com os matizes do sol no ocaso, naquela hora merencórea da tarde. Um sabiá trinava a plenos pulmões sempre a mesma peça, secundado por outro num ramo fronteiro. A luz esmaecia. O crepúsculo vinha descendo. Apesar da hora nem percebeu o pássaro. Nem a hora adiantada. Somente seguiu a voz de seu coração. Voou ao encontro de Antoninho com os cabelos caindo em ondas sobre o dorso. Essa pressa ainda a tornava mais encantadora, realçava sua beleza natural.

Antoninho a esperava à moda cabocla, encostado à árvore, de maneira a passar despercebido à mãe, que continuava a ordenha. Era todo olhos para a silhueta que se aproximava. Pudera, não!

À certa distância, ela parou, ajeitou os cabelos e falou ofegante:

— Antoninho, vou embora. E achegou-se de vez.

— Vais embora? Para onde? Perguntou fingindo não saber.

— Isto é, vou com meus pais de muda para Bela Vista do Toldo, falou com um sorriso triste a brincar-lhe nos lábios.

— Vais então me deixar? perguntou apreensivo. Pois embora sabendo, parecia que somente agora tomava conhecimento da crua realidade.

— É verdade. Mas, nunca me esquecerei de ti.

Antoninho que contava uns dezessete anos, com um pouco mais

de experiência foi logo dizendo; "longe da vista, longe do coração." Adágio que Rui Barbosa tenta desmentir em a Oração aos Moços.

— Não. Não, protestou corando. Sempre, sempre te serei fiel.

— Percebes: Novas terras, novos amores.

— Ah! não gosto de ouvir isto.

Pareceu-lhe nesta hora que Antoninho já era homem e sabia muita coisa, enquanto ela, recém-desabrochada rosa, era bastante tolinha para entender o que significava uma separação para aqueles ermos distantes. Agarrando rapidamente a mão do rapaz, olhou-o bem nos olhos tristonhos, nessa meia-luz crepuscular e disse à moda cabocla:

— Antoninho, acho que você não gosta de mim não...

— Gosto muito, afirmou, Antoninho, deixando gostosamente a sua mão, na mão daquela jovencinha tão delicada e inocente, gosto demais. Mas mecê é nova e vai esquecer. É tão fácil esquecer...

De mãos dadas ainda ela fitou-o longamente na semi-escuridão e desejando-lhe — boa noite — soltou a mão que tão graciosamente segurara e correu de volta, célere como viera.

A mãe ocupada em mungir as vacas não dera pela falta da filha e assim encerrou-se silenciosamente a faina do curral. Elisa agarrou as alças de dois baldes de leite e saiu para casa com a mãe e o irmão que apoiara os bezerras. Reinava completa escuridão quando chegaram em casa.

Após a ceia Elisa ficou ainda pensando sobre o que Antoninho dissera, mas os corações puros não imaginam tragédias, nem lhe passou pela mente que uma tragédia se abateria sobre seu namoro, mocidade descuidosa, inocente, procurou o leito e dormiu.

## C A P Í T U L O II

Sinuosas estradas subiam e desciam os outeiros e colinas perlongando-se através dos campos imensos, ora fachinais, ora em campo aberto ou ainda sob copadas árvores. Nos campos, nas clareiras em geral as estradas eram boas, mas onde se encontravam protegidas por densas ramagens entrelaçadas de lianas e cipó sagrupavam-se os atoleiros. As sombras não deixavam penetrar o melhor fiscal das estradas daquelas eras — o Sol. E quando a chuva visitava a região por várias semanas, o que não era raro, os atoleiros transformavam-se em verdadeiros sumidouros; tempos houve em que se verificaram vertentes em plena rua. Ali numerosas vezes os muares, únicos transportadores de cargas nas estações chuvosas, foram arrancados dos lamaçais à força de espeque (alavanca) maneira um tanto bárbara para arrancá-los das garras traíçoeiras daquele solo pegajoso. E mais tarde quando já trafegavam carroças, quantas vezes, os homens, que as conduziam, não se juntavam num gesto de solidariedade comum, como só a conhecem os homens da serra, para descarregar toda mercadoria. Os pobres animais tiraram a pesada carroça à força brutal do relho, quando não ajudados por homens sujos, enlameados, todavia solidários.

Tempos difíceis aqueles. As estradas até hoje pouco melhoraram a não ser as que tiveram a felicidade de receber capa asfáltica ou macadame. Quem dera aos homens daquelas épocas terem solo firme sob as rodas. Ninguém se queixaria de algum buraco ou um pouco de lama. Apesar da

chuva, da lama, dos atoleiros mesmo assim iam conduzindo suas carroças carregadas de carga, ao som das melodias, assobiando ou cantando, sob o manto luxuriante, verde da floresta. Hoje, quase oitenta anos passados, quase nada mais existe do antigo esplendor desta flora e desta fauna. O machado devastador e desbastador, os engenhos de serra movidos a vapor, vieram arrasar aquela imensa riqueza. Os madeireiros da época só pensavam em si. Para eles a madeira tinha pouco valor, jamais teria, dali o desperdício. Falar em reflorestamento, nem mesmo o termo conheciam. Imigrantes que por lá passavam, falavam em reserva. "Isto aqui não acaba nunca" era o dito jocoso. O que os donos de engenhos e os machados não conseguiram acabar, acabaram-no o fogo ateado criminosamente em épocas de estiagem.

Os pinheiros derrubados para formar a freguesia de Bela Vista do Toldo apodreceram quase todos. Algumas toras foram aproveitadas para tabuinhas, outras para rachãos. Os restantes apodreceram nos nove anos que ali residimos. Do mesmo modo como trataram a flora também trataram a fauna. Em pouco tempo não restava mais caça abundante e por fim restou a caça miúda, mas mesmo essa não foi poupada.

A caça desenfreada aos pássaros trouxe como consequência a proliferação de insetos e pragas que atacam a lavoura atual e que os homens tentam debalde dizimar com toneladas de venenos, sem lograr o êxito de um cereal são e produtivo como o daqueles tempos. Talvez na região ainda sobre o gado. Também não será de grande futuro, pois com a queda das árvores deve ter diminuído consideravelmente a água dos poucos ribeirões, uma vez que os rios de nossa terra dependem da mata pluvial.

x x x

Marcos está parado na frente da casa e fuma seu palheiro predileto. A mulher está ocupada com as lides da casa. O dia amanheceria lindo em Lucena. Manhã primaveril. No pomar além gorjeavam sabiás, bandos de cantores matinais voejavam de árvore em árvore gozando a liberdade que em breve, tiros, alçapãos, arapucas, quebra-cabeças, laços etc... iriam cercear ou mesmo exterminar. Agora o ar vibrava nas sinfonias desconcertantes.

Marcos nada via nem ouvia de toda essa beleza. Cisma, naquele momento, na mudança que irá fazer, enquanto a fumaça se evola azul de seu rico cigarro. Mede os prós e os contras sempre lembrado da promissora terra de Bela Vista do Toldo. Apagou por fim o cigarro na caixa de fósforos que trazia na mão esquerda e colocou-o sobre a orelha direita, conforme o uso. Olhou para o sol e entrou para dentro de casa com passos lerdos, vendo Magda, comunica-lhe que tudo prepare para a viagem na semana seguinte.

Dias mais tarde iniciaram-se os preparativos. Animais miúdos foram vendidos. Levariam o estritamente necessário. Os animais ora vendidos seriam adquiridos na novel fazenda. Roupas, louças, ferramentas tudo foi encaixotado e chegou-se ao dia da partida.

As estradas já eram carroçáveis nesses dias. Mal traçadas, aproveitando o máximo de terreno plano, com escavações aqui e ali. Os

superintendentes do municipio bem pouco podiam fazer, dada a falta de verba e máquinas, que na era atual vieram substituir pás, picaretas, enxadas e carrinhos, únicos petrechos dignos de nota.

Desfeitos de todos os pertences de fácil aquisição na nova gleba, marcaram a data e naquela manhã todos a postos, fizeram rápidas despedidas, embarcaram na pesada carruagem e partiram. Antoninho e seus pais esperavam um quilômetro e pouco na frente. Elisa ruborizou-se ao ver o namorado. Todos desceram da carroça e com apertos de mão e abraços se despediram. Era o último elo que se desfazia. A esperança se desvanecia. Antoninho limitou-se, conforme o costume, a um simples aperto de mão, olhando-a profundamente nos olhos. E então segredou-lhe algo que lhe ocorreu:

— Elisa, se por acaso nosso casamento não se realizar e eu morrer antes de você, neste caso você irá à igreja e acenderá uma vela que arderá até o fim, para a minha alma ter descanso. Você promete.

— Prometo. Mas porque você me faz uma proposta dessas?

— Não sei. Sinto que esta é a última vez que nos veremos.

— Oh! não diga bobagens, agora que nos despedimos para pouco tempo.

— Pouco tempo... não. Para sempre.

Os soluços de despedida dos pais vieram acordar os dois que se despediram abruptamente soltando as mãos que mantinham entrelaçadas enquanto faziam a promessa solene. Antes de a carroça perder-se na curva além Antoninho fez ainda um último sinal de despedida para Elisa. Um sentimento estranho empanou-lhe o olhar. Mal ou bem, feita a promessa, o certo é, foi o último adeus. Elisa ficou pesarosa a imaginar se isto que Antoninho falara realmente se realizaria. Os fatos posteriormente o comprovaram.

Há quem combata esta idéia, todavia nosso destino de certo modo está traçado. Mesmo que seja incompreensível para nós. Diz a sabedoria popular que o que temos de passar não o podemos por na porta de ninguém. Diria melhor que nos movemos pela linha da liberdade, como o peixe fígado pelo anzol, algumas vezes vai para onde quer, outras não consegue concretizar o que se propõe e por fim cairá fatalmente nas mãos do pescador. A liberdade de que gozamos é muito restrita. A nossa ambição é mil vezes maior que ela e apenas um pouco do que ambicionamos nos toca e mesmo os que muito possuem, tomam posse apenas de muito pouco em comparação ao que ambiciona. Morremos satisfazendo muito pouco do que armazenávamos em nossas ilusões. Tanta coisa se nos atravessa no caminho. Coisa que de modo algum queremos, contudo temos de suportar, senão tolerar. E neste vai e vem do que não desejamos, com o pouco que conseguimos, está ligado o nosso destino eterno e terreno. Deus dirige este destino sem prejuízo de nossa liberdade, interpondo obstáculos para consecução de seus fins. Dentro da liberdade cabe-nos mudar o que deve ser mudado e deixar o que não podemos mudar. Somos livres, mas sempre cerceados em nossos desejos e aspirações. Desse destino ninguém escapa, nem mesmo a criatura sabendo que vai acontecer, trabalha e, quando menos pensa, aconteceu.

Alguém falou a um orgulhoso da Idade Média: Todos devemos morrer.

— Todos?... e fixou no interlocutor olhos de ferrabrás.

— É, quase todos, gemeu o outro em tom apagado.

Também esse orgulhoso não sobrou.

A viagem começou bem. Os cavalos seguiam a passo puxando o pesado veículo. As crianças entraram numa tagarelice estrepitosa, levadas pelas novidades dos acontecimentos. Magda, a mãe, sentia-se apreensiva. Notícias alarmantes a respeito dos fanáticos chegavam até eles. Que seria de seus bens, de sua família, se fossem atacados pelas hordas de jagunços endemoinhados. Haviam saído cedo e avançado num bom trecho de estrada seca. Tudo corria sem novidade. Ao alcançarem o topo de uma colina, dessas que chamavam — tira-fogo — porque empinadas, pararam. A estrada seguia serpeando pela encosta sob pinheiros e grossas imbuías. Dado o fôlego, os cavalos seguiram. No vale subindo um aclave deparou-se-lhes um espetáculo confrangedor. Um homem de calças arregaçadas, meia-canela, barbas brancas, compridas, longas cãs cobertas por pequeno barrete de pele de mono, um bocô a tira-colo, apoiado em nodoso bordão percorria a senda, seguido de uma turma maltrapilha.

Gente mal-encarada. Homens montando matungos, mulheres esfarrapadas vinham a pé, definhadas, em cujo semblante fanatizado lia-se profunda tristeza com lampejos de ódio recalcado. Nesse andejar curtiavam a mais negra miséria.

Crianças pendiam do colo das mães e sugavam secas mamas, já não choravam, resignadas, pareciam ter aprendido a suportar as torturas da fome, da sede e mais um rosário de sofrimentos. Essas mulheres martirizadas quando lhes morria um filho curtiavam a mágoa com os olhos enxutos, envolviam o defunto num cobertor vermelho e o enterravam à beira do caminho, marcando o lugar com uma cruz. Meninos e meninas numa promiscuidade desoladora arrastavam-se atrás da caravana miseranda.

— Quem é esse home? perguntou Magda.

— É o profeta João Maria, respondeu Marcos.

Magda mirou de alto a baixo aquela figura patética. O homem impunha respeito. Tinha um aspecto venerável. Comportava-se como se aquela fosse uma nobre missão, carrear tantos infelizes atrás de si naqueles ermos perdidos.

— Que promete ele a essa gente para que o sigam nesse mar de infelicidade, que se lê nos olhos dessas desgraçadas criaturas? — disse interrompendo suas reflexões e voltando-se para Marcos.

— Promete-lhes, segundo dizem, após os sofrimentos e provações desta vida nômade durante anos, um paraíso sem dor, nem morte neste mundo, conquanto se mantenham firmes na fé. Para tanto se diz profeta de Deus e com suas benzeduras, suas práticas, tem dado provas ao populacho estúpido.

— De que vivem? perguntou examinando mais detidamente o grupo que se aproximava a cavalo. Com efeito alguns ramanescentes pararam a alguma distância.

— Vivem do roubo e da rapina, falou Marcos, observando também o novo grupo. Afirma o profeta que roubar quando se está com fome não é crime. Isto já custou algumas vidas.

— Mas nem sempre terão coisa para roubar nesses ermos, objetou Magda.

— Quando nada encontram sustentam-se de frutas do mato, pinhões, raízes, taquaras novas. A própria taquara, mercê de Deus, conserva água bem fresca e gostosa, com que muitas vezes se desalteram. Povo perigoso, deve ser bem tratado, para que não haja atrito, caso contrário estaremos em maus lençóis.

— Têm eles alguma devoção? indagou.

— Eles rezam, cantam e até agora, exceto um e outro roubo em roças, alguma rês-carneada, têm-se mostrado inofensivos. Ah! esquecia-me, também têm roubado cavalos.

— Mecê chama de inofensivos, retrucou Magda, e aquelas roças depredadas lá pelas Três Barras, Canoinhas, Toldo e demais lugarejos?

— Bem, pode ser. Sempre o povo faz mais do que é. Quem conta um conto aumenta um ponto, quando é só um... Dizem que só procuram fazer o bem. É que o profeta com seus jejuns e orações consegue comida para todos...

Elisa estivera calada até ali. Olhou para o pai e entrou na conversa para dizer que Antoninho havia dito que praticavam coisas atrozés. Adiantou que o tempo em que eram pacíficos terminara. Agora praticam o crime, pilham, roubam, não respeitam ninguém. Guiam-se pela lei do mais forte. Disse ainda que o povo pedira reforços ao governo para por fim à bandalheira.

— Sei, disse Marcos, outros grupos, outros chefes, mas os que andam com o profeta João Maria, destes a gente espera melhor tratamento.

Entrementes já se aproximaram do grupo que se vinha arrasando pela rua e fizera alto. O primeiro grupo de cavaleiros aproximou-se da carroça. Marcos sofreu os cavalos e tentou desvendar no silêncio que se seguiu o que pretendiam.

— É de paz, disseram e puseram a mão no chapéu cumprimentando: Louvado Sinhô Jesu Cristo.

— Pra sempre. Amém. Respondeu Marcos. Que desejam?

— Vancês têm alguma coisa pra se comê, perguntou um dos jagunços adiantando-se.

— Para servir sempre sobra um pouco, devo dizer que não o bastante para tanta gente, observou Marcos esperando reação.

— Não fais mar, interveio um do grupo, se tem pouco pras muié já basta.

(Continua no próximo número)

# FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972  
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/7  
Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425  
89100 B L U M E N A U Santa Catarina  
Instituição de fins exclusivamente culturais

---

## São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;  
Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

## A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"  
Arquivo Histórico  
Museu da Família Colonial  
Horto Florestal "Edite Gaertner"  
Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"  
O Mensário "O LEITOR"  
Tipografia e Encadernação  
(exclusivamente para serviços internos)

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente  
*Edison Müller* - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —  
*Isolde Hering d'Amaral* — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*

# Um conjunto de vida, cores e muita alegria



 malhas  
**Hering**

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau - SC